



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social

Simone Gonçalves Nardes Lima

Tripla Jornada: Desafios enfrentados por estudantes trabalhadoras

Brasília – DF
2016

SIMONE GONÇALVES NARDES LIMA

Tripla Jornada: Desafios enfrentados por estudantes trabalhadoras

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao departamento de Serviço Social – SER do Instituto de Ciências Humanas – IH na Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: **Adelina Almeida Moreira de Araújo**

Brasília – DF
2016

Universidade de Brasília/UnB
Instituto de Ciências Humanas/IH
Departamento de Serviço Social/SER

Simone Gonçalves Nardes Lima

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA – UnB

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a M^a. Adelina Almeida Moreira de Araújo
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
(Professora Orientadora)

Prof.^a M^a. Isabela Ramos Ribeiro
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Prof. M.e Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Agradecimentos

Às estudantes entrevistadas, que me confiaram seus anseios e angústias durante sua passagem pela Universidade;

Aos meus colegas por compartilharem comigo esta conquista.

Aos professores por seus ensinamentos, especialmente à professora Maria Lúcia Lopes Silva pelo apoio numa época sensível na minha vida pessoal e acadêmica.

À Isabela Ramos e Leonardo Ortegá por integrarem minha banca.

À minha orientadora, professora M^a. Adelina Almeida Moreira por ter acolhido minhas ideias, pela confiança e por permitir a autonomia e liberdade que eu sempre prezei.

À Francimery Alves Bastos por me orientar nos estágios e me despertar para uma luta que eu acreditava estar há muito tempo perdida. Venci!

À minha prima, Fernanda, irmã que a vida me deu, pela enorme ajuda na hora do desespero.

À minha mãe, Lucienne, pelos puxões de orelha e por sempre acreditar que eu era capaz, sou imensamente grata.

Ao meu marido, Will, pelo suporte que me possibilitou vencer mais este desafio.

Obrigada por tudo!

“A atuação histórica das mulheres esteve submersa no silêncio da historiografia tradicional e de seus autores, que puderam empreender explicações de mundo sem ao menos mencioná-las.”

Lorena Féres da Silva Telles,
 Libertas entre sobrados

Resumo

Nossas discussões se iniciam tendo como referência, de um lado, as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, sua relação com as mudanças nos arranjos familiares, e os padrões de inserção das mulheres no mercado de trabalho, e por outro, a demanda por qualificação da classe trabalhadora. A partir disso, este trabalho busca refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes-trabalhadoras e trabalhadoras-estudantes com tripla jornada, a partir de três aspectos: os significados do trabalho, da necessidade de formação e sua contribuição nas atividades domésticas. A pesquisa teve caráter qualitativo, sendo realizada a partir de entrevista com seis estudantes do curso de Serviço Social da UnB. Dentre as reflexões construídas, destacamos a visão das entrevistadas, na perspectiva de que trabalho concomitante à graduação possui diferentes significados: independência e capacidade de contribuir com a renda familiar, mas também como um desafio. O trabalho pode não prejudicar gravemente o desempenho acadêmico (como a reprovação em matérias), contudo, exige um alto custo nas horas de estudo, descanso e lazer não realizadas. Para elas, cursar o nível superior é uma necessidade, um passo indispensável para a conquista de uma carreira e uma perspectiva de vida melhor. Quanto ao trabalho doméstico, este em segundo plano, observa-se nas famílias a perpetuação da compreensão das responsabilidades domésticas como "trabalho de mulher".

Palavras-chave: trabalho, educação, família, gênero.

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabelas

- Tabela 1: População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade no Brasil no ano de 2012..... **43**
- Tabela 2 - Distribuição percentual da população de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas – 2010..... **44**
- Tabela 3 - Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade - Brasil – 2010..... **45**
- Tabela 4 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo a frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado - Brasil – 2013..... **49**
- Tabela 5 – Número de Matrículas, Ingressos por Processo Seletivo e Concluintes de Graduação, por Turno, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2012..... **53**
- Tabela 6 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil – 2012..... **60**
- Tabela 7 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012..... **61**

Gráficos

- Gráfico 1 – Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior – Brasil – 2002-2012..... **51**
- Gráfico 2 – Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo o Quintil de Renda – Brasil – 2012..... **56**
- Gráfico 3 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012..... **61**

Sumário

Introdução	8
Capítulo I - O Trabalho e suas Transformações Contemporâneas	11
1.1 - O Trabalho como fundante do ser social	12
1.2 - A Reestruturação Produtiva e seus impactos no mundo do trabalho	15
Capítulo II – Mulheres em Movimento no Brasil.....	20
2.1 - Mulheres na luta por direitos	21
2.2 – A família e suas novas feições	26
2.3 – Gênero – uma categoria útil para superação das desigualdades sociais	31
Capítulo III – Trabalho, Estudo, e Família sob enfoque de Gênero.....	37
3.1 – Contextualizando a divisão sexual do trabalho	39
3.2 - Ganhar dinheiro, ser independente, manter a família – Os significados do trabalho remunerado	40
3.3 – Educação Superior: Uma porta para uma vida melhor?	49
3.4 - O trabalho doméstico e o cuidado com a família: ainda "coisas de mulher" .	58
Considerações Finais	67
Referências Bibliográficas	70
Apêndices.....	74

Introdução

As mulheres¹ ascenderam ao mercado de trabalho e à vida intelectual, com isto tiveram maior possibilidade para traçar os rumos de sua vida, decidir se querem se casar, se divorciar, ter filhos ou não, optar por viverem solteiras ou de outras formas. Contudo, na construção social e cultural que temos em vigor, a partir da divisão sexual do trabalho, a casa é tida como o ambiente natural da mulher. Desta forma, elas ainda hoje não experimentam a igualdade, não somente por desníveis, com relação aos homens, nas condições de acesso a cargos e remuneração, mas também por que são consideradas as principais, senão as únicas responsáveis pelas atividades domésticas. Soma-se a isto a crescente demanda por qualificação, exigindo que as mulheres exerçam três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional. Nossas discussões se iniciam tendo como referência as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, sua relação com as mudanças nos arranjos familiares, e aos padrões de inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como, a demanda por qualificação da classe trabalhadora. Este trabalho cujo enfoque é qualitativo, objetiva refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes-trabalhadoras e trabalhadoras-estudantes que vivenciam a tripla jornada, entendida esta, para os fins aqui propostos, como o conjunto das atividades de estudo, trabalho e responsabilidades domésticas associadas ou não ao cuidado com a família:

Com presença expressiva no mercado de trabalho, as mulheres vêm ampliando continuamente sua participação nos mais diversos cargos e funções, no entanto continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar e pelo cuidado dos filhos. A situação agrava-se com a crescente demanda por qualificação, exigindo que essas trabalhadoras cumpram, muitas vezes, três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional. (VIEIRA e AMARAL, 2013. p. 403)

Duas categorias são fundamentais para as análises que faremos: trabalho, enquanto categoria elementar para compreensão da vida em sociedade no mundo contemporâneo; e gênero, que permite a reflexão sobre as relações de poder e dominação nesta mesma sociedade. Para a abordagem do nosso problema elegemos como questão inicial: *Quais são os desafios são vivenciados por trabalhadoras estudantes de Serviço Social da UnB em seu cotidiano?*

¹ Ao falarmos em mulheres não desconsideramos as múltiplas trajetórias ou mesmo a heterogeneidade da categoria. Discutiremos estas questões ao longo do trabalho, como a situação das mulheres negras (p. 26 e 32) e o conceito de interseccionalidade (p.31).

O percurso metodológico que orientou este trabalho se fundamenta no materialismo histórico dialético, no qual se buscou o desvendamento das correlações entre o todo e as partes, a fim de compreender a realidade à luz de sua contextualização histórica e do referencial teórico apontado anteriormente, ou seja, na busca pela compreensão dos fenômenos para além da aparência.

O conhecimento construído a partir desta perspectiva tem como pressuposto que a análise da realidade é orientada pelos fins pretendidos. Assim, todo conhecimento sobre a realidade se dá sob um ponto de vista, a partir das necessidades e objetivos que se tem naquele momento, o que o torna historicamente determinado. Considerando ainda que a realidade está sempre em movimento, "e como os homens produzem incessantemente novas necessidades e possibilidades, o conhecimento é sempre um processo de aproximação da realidade por parte da consciência", não existe conhecimento absoluto. (LESSA e TONET, 2011, p. 49).

No esforço de refletir sobre nosso objeto procedemos ao confronto da hipótese de que *as estudantes trabalhadoras entendem que seu desempenho acadêmico é prejudicado pela tripla jornada* com a análise crítica das informações obtidas à luz da discussão iniciada anteriormente.

Os relatos obtidos por meio de entrevistas semi estruturadas, com seis estudantes trabalhadoras, foram avaliados de forma a possibilitar uma análise qualitativa de seus conteúdos. No contato com as entrevistadas foi apresentado o objetivo da pesquisa, sua metodologia, e a garantia do sigilo das identidades. O aceite da participação foi concretizado por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Quanto ao recrutamento das sujeitas de pesquisa houve dificuldades metodológicas e políticas que não julgamos pertinente registrar em detalhes. Entretanto, se considerado que ao final do estudo somente alcançamos mulheres jovens e solteiras, cabe esclarecermos que a ideia inicial era realizar um estudo misto de natureza qualitativa e quantitativa explorando a totalidade das estudantes de Serviço Social da UnB, realizando algumas análises prévias e verificando-se dentre o total quais vivenciaram a tripla jornada, após concluída esta fase definiríamos uma amostra representativa para prosseguirmos para fase qualitativa. Esta ideia não foi adiante, pois na ocasião de elaboração do projeto de pesquisa, durante o 1º/2015, o Departamento de Serviço Social foi sondado acerca da possibilidade de solicitação formal de listagem das estudantes para verificação de viabilidade e prosseguimento da pesquisa. A resposta foi

negativa no sentido de que não havia meios de fazê-lo por dificuldades técnicas e tecnológicas, não havendo como "gerar uma lista" que discriminasse o sexo dos (das) estudantes. Diante deste impasse, a fase quantitativa foi eliminada e optamos por recrutar as participantes por meio da técnica de bola de neve. Assim, foram entrevistadas seis estudantes ou egressas do Curso de Serviço Social da UnB que tenham vivenciado a tripla jornada, de acordo com o critério de conveniência e disponibilidade das estudantes em participar da pesquisa.

Em sua constituição final, além de introdução e considerações finais, este texto apresenta três capítulos: o primeiro discute os sentidos do trabalho e a sua centralidade para a humanidade, em qualquer forma social. O capítulo discute também a reestruturação produtiva e as transformações recentes no mundo do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo.

No segundo capítulo buscamos compreender como a reorganização dos arranjos familiares e as estratégias de garantia de subsistência de seus membros se relacionam com transformações nas relações sociais, as quais foram impulsionadas por fatores econômicos e pelo dinamismo das mulheres.

O terceiro capítulo apresenta os aspectos que destacamos da pesquisa empírica para nos auxiliar na análise do problema proposto: *os significados do trabalho, a necessidade de formação e a contribuição das entrevistadas nas atividades domésticas.*

Capítulo I - O Trabalho e suas Transformações Contemporâneas

Segundo Lessa e Tonet (2011), orientados pelo pensamento de Lukács, ao analisarmos os processos de reprodução social, uma das questões que se coloca é a predominância da evolução das forças produtivas na emergência de um modo de produção, mas também durante o próprio processo de desenvolvimento das sociedades, o que significa dizer que as necessidades originadas na esfera econômica – no processo de transformação da natureza em bens sociais – têm prevalência sobre as necessidades oriundas de outras atividades. Isto se dá em decorrência do caráter fundante do trabalho, pelo qual "os homens se organizam em sociedade prioritariamente para produzirem o indispensável à vida, são as necessidades e possibilidades geradas nessa esfera o fator predominante do desenvolvimento histórico". (LESSA e TONET, 2011, p. 73). Portanto, é um equívoco afirmar que a teoria de origem marxista entende que a vida a vida se resumiria simplesmente à economia.

Nessa linha de pensamento o trabalho se constitui enquanto atividade elementar na vida e na história da humanidade, pois, é por meio do trabalho que os seres humanos constroem sua identidade como gênero humano. O trabalho concretiza a possibilidade dos seres humanos transporem as atividades meramente baseadas nos instintos, e assim se formarem se reproduzirem como seres sociais, munidos de autonomia, elemento fundamental para a efetivação da liberdade. O trabalho, mesmo com suas modificações, ainda se mantém categoria central para a análise e compreensão da reprodução da vida social e das relações sociais na atualidade, pois além de atender as necessidades humanas, em qualquer forma social, é quem sustenta a sociedade capitalista, uma vez que é a fonte geradora de valor das mercadorias. Nessa perspectiva, as transformações recentes no mundo do trabalho, são processos desencadeados com o objetivo de atender ao objetivo de acumulação. Nesse percurso, o trabalho ao contrário do que acreditam alguns teóricos, permanece como elemento central da sociabilidade, ainda que esteja isento de seu sentido fundamental – que é a realização do ser humano - assumindo nesta sociedade a forma de trabalho alienado e fetichizado².

Neste capítulo faremos um resgate teórico do trabalho enquanto elemento fundante da sociabilidade humana, seguido de uma breve discussão sobre como as

² Embora não tenhamos referenciado diretamente, nossas discussões acerca do trabalho na sociedade capitalista estão fundamentadas no pensamento de Marx. Para os conceitos de alienação, fetiche e constituição do valor podemos partir do capítulo I, Mercadoria, de O Capital.

transformações verificadas no mundo do trabalho repercutiram no agravamento das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, das mulheres em especial.

1.1 - O Trabalho como fundante do ser social

A humanidade existe por causa de seu trabalho, pois ele é indispensável para sua reprodução, sobrevivência e manutenção em termos biológicos. Isso significa que uma pessoa, para satisfazer suas necessidades vitais – alimento, vestimenta, abrigo etc., precisa interagir com a natureza, buscando a satisfação dessas necessidades. Quando os bens não estão prontos na natureza, os indivíduos passam a agir diretamente sobre ela, transformando-a, com o seu trabalho para produzi-los. Por outro lado, este mesmo trabalho nos viabiliza enquanto seres humanos em nossa sociabilidade e nos distingue da natureza nos tornando seres sociais:

Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais (LESSA e TONET, 2011, p. 17).

O trabalho é diferente das atividades realizadas por instinto pelos animais, que são majoritariamente irrefletidas e transmitidas geneticamente ao longo das gerações, aquelas, por sua vez, permitem o desenvolvimento do indivíduo e da espécie através dos processos de *prévia-ideação* e *objetivação*. O ser humano, dotado de consciência, e a partir de uma necessidade inicial, é capaz, imaginar, *idealizar*, antever os possíveis resultados para cada alternativa e assim realizar sua escolha. Em seguida põe suas ideias em prática, *objetivando*, transformando a natureza e a si mesmo neste percurso, o que possibilita a evolução humana, pois este é um ciclo onde uma necessidade satisfeita faz com que surja uma nova situação com a constituição de um novo sujeito, com novas necessidades e novas possibilidades de atendê-las.

Os conhecimentos construídos adquirem inúmeras possibilidades, pois fazem parte tanto do indivíduo, quanto podem fazer parte da sociedade, ou ainda de toda a história humana. Este conhecimento aplica-se ao caso específico, mas também pode ser utilizado de forma análoga em outras situações. Grandes conhecimentos alcançam

outro nível de generalização e passam a integrar o patrimônio histórico e cultural de toda a humanidade. As pessoas aprendem e progridem e a sociedade se constrói por causa do trabalho, "que por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento." (LESSA e TONET, 2011, p. 27).

Enxertado no sistema capitalista, o trabalho passa a ter finalidade que extrapola a transformação da natureza com o objetivo de suprir as necessidades humanas. Nele os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos capitalistas, que, através do processo de produção, convertem o valor de uso produzido pelos trabalhadores em mais-valia. Neste processo, à medida que os meios de produção tornam-se mais sofisticados a realização da produção depende menos da força de trabalho.

Os trabalhadores são livres, entretanto, necessitam vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades básicas, renunciando ao direito de participar no produto. Dessa forma, "a classe trabalhadora cria, pois, uma antítese consigo mesma, os próprios meios de dominação de sua sobrevivência" (CARVALHO e IAMAMOTO, 2000, p. 47), reproduzindo as condições de sua própria dominação. Assim, a alienação do trabalhador se expressa tanto na relação com os produtos do trabalho como no próprio ato de produção. Ou seja, nem o trabalho nem o produto pertencem ao trabalhador (Ibid).

Nesta sociedade dividida em classes o trabalho que transforma a natureza já não é feito de acordo com as necessidades de quem o realiza, o trabalhador já não é dono dos meios de produção, nem decide o que ou como produzir, fazendo com que o resultado de seu trabalho lhe seja estranho, pois não é fruto de uma necessidade legítima. Seu trabalho, como ele próprio se tornaram mercadorias (*reificação*, ou *coisificação*) no mercado de força de trabalho, cujo valor é o mínimo para se manter vivo, o que na maioria das vezes não chega nem próximo de atender suas reais necessidades. Para Lessa e Tonet (2011, p.96) "a essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia ser maior".

Sobre os processos de alienação na esfera produtiva explica Antunes (2006, p. 99):

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas não foi eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior

interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas, ao contrário, "pode desfigurar, aviltar etc., a personalidade humana..." (ANTUNES, 2006)

A produção como todo não é guiada pela preocupação com a necessidade de reprodução da sociedade - o que gera muitos vieses e iniquidades – mas pelo desejo de enriquecimento das classes dominantes. Embora o trabalho seja a dimensão fundante do ser social, nesta sociabilidade o indivíduo acaba por ser desapropriado de sua humanidade. Assim, as possibilidades de desenvolvimento do gênero humano se tornam limitadas, uma vez que o trabalhador não se reconhece no trabalho alienado. Nas palavras de Lessa e Tonet:

O que importa é o lucro dos capitalistas. Se para isso, a fome deve ser mantida apesar de se poderem produzir alimentos para todos; se a ignorância deve ser mantida, apesar de se poder erradicá-la; se muitos devem ficar sem casas e sem assistência médica, apesar de existirem os meios para abolir esses sofrimentos; se, para acumular o capital, é necessário levar a humanidade à beira de uma catástrofe nuclear, produzindo reatores e bombas atômicas, ou, ainda, destruir a natureza e romper o equilíbrio ecológico, tudo isso será feito em nome do capital e em detrimento das necessidades humanas. (LESSA e TONET, 2011, p. 96).

A desidentidade entre trabalhador e o gênero humano se expressa não somente no mundo do trabalho. No convívio social, quando ele poderia sentir-se satisfeito e realizado não está, porquanto permanece aprisionado pelo anseio do consumo, fazendo com que boa parte de seu tempo livre seja gasto consumindo - ou na maioria dos casos, pra quem só tem o necessário pra viver – sonhando poder consumir. (ANTUNES, 2006).

Mas se o capitalismo é uma criação humana como ele segue dominando seu criador de forma tão desumana? Esta inversão se dá por meio dos processos de *alienação* – que já se manifestavam nas sociedades primitivas, pelos quais as ações humanas se transfiguram em forças "estranhas, poderosas e hostis", aparentemente incontroláveis pelos seres humanos – mas somente na sociedade de classes capitalista alcançou seu estágio mais avançado. Nela, muitas esferas de reprodução dos indivíduos

ocultam a exploração presente na instituição da propriedade privada e do patriarcalismo, através da naturalização destes fenômenos que na verdade são sociais, pois o mapa que define os lugares, as oportunidades e o acesso à riqueza, é construído não pelo acaso, mas pelas forças presentes na sociedade.

São os homens que fazem sua história, não como pensam os conservadores - que acreditam que a natureza (essência) mesquinha e egoísta dos homens é responsável por suas misérias, sendo o capitalismo, portanto, o que há de mais evoluído e civilizado para a humanidade, pois seria capaz de controlar este instinto. Mas sob uma perspectiva histórico-dialética (não é uma questão de essência, de ser bom ou mal), entendendo que a humanidade foi conduzida à alienação, o que entrava ao invés de impulsionar o desenvolvimento da sociedade. Como estes processos de alienação são socialmente produzidos dentro do capitalismo, são, portanto, possíveis de superação. (LESSA e TONET, 2011, p. 96).

1.2 - A Reestruturação Produtiva e seus impactos no mundo do trabalho

Com mais de três décadas o debate sobre a perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo tem ímpeto, e o conhecimento de seu conteúdo é extremamente relevante para a compreensão do objeto que estamos estudando. Para as análises deste tópico resgatamos as contribuições de Antunes em "Adeus ao trabalho?", cuja primeira edição data de 1995 em resposta ao movimento de "*questionamento ao significado da categoria Trabalho*" – onde figuram diversos autores proeminentes que analisavam a crescente expulsão de trabalhadores do processo produtivo, dentre eles André Gorz (1982) e Claus Offe (1989) – e cujo objetivo do autor era "problematizar, polemizar e mesmo contestar as teses que defendiam o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo". (ANTUNES, 2006, p. 9)

O autor destaca que ao passo de uma “desproletarização” do trabalho fabril nos países de capitalismo avançado, ocorreu também sua subproletarização em decorrência de diversas formas de trabalho terceirizado parcial, precarizado e subcontratado, que muitas vezes se dá no âmbito da economia informal, nos países intermediários e de industrialização recente.

A história do capitalismo é repleta de crises que se atenuam e se agravam, mas nunca se extinguem. Este movimento ocorre por suas contradições internas e sua

natureza autodestrutiva. A busca por maiores ganhos o leva a períodos de superacumulação, que se caracterizam pela capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias, excedente de capital-dinheiro, desemprego e etc. Enfim, privação e necessidade em meio à abundância. As crises iniciadas nos anos de 1930 e 1970 são expressões dessa tendência.

A reestruturação produtiva caracteriza-se por um conjunto de profundas mudanças que o capital empreendeu, a partir da década de 1970, para reorganizar o ciclo produtivo como forma de responder e se recuperar do aprofundamento da crise estrutural em curso. Este processo trouxe agudas repercussões sobre a classe trabalhadora. No nível econômico tratava-se de recompor (e superar) os níveis de acumulação pré-existentes no já esgotado padrão de acumulação taylorista/fordista, mas sem abandonar os fundamentos constitutivos do modo de produção capitalista (ANTUNES, 2009).

Na passagem daquele modelo para as novas formas de *acumulação flexível* foram empreendidas diversas transformações que se refletiram em *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho, mas não no desaparecimento ou eliminação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2006). Na esfera da produção se deu a introdução de novos métodos e processos de trabalho, inovações na gestão da produção, na qual se destaca o *toyotismo* ou modo japonês, com o incremento de novas tecnologias baseadas na automação, na microeletrônica e sua interação com as relações sociais, por meio de novas formas de gestão da força de trabalho voltadas para conciliação das classes.

Segundo Antunes (2006) as principais consequências para o mundo do trabalho são a expansão do desemprego estrutural, numa processualidade contraditória onde se diminui o operariado fabril, estável e especializado, que havia se desenvolvido na era fordista/taylorista, mas aumentam-se os subempregados, representando o surgimento de um novo tipo de operário fabril e de serviços, inseridos nas mais diferentes modalidades de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, tempo parcial, temporários, informalizados, etc.), nas quais estão inseridos o trabalho feminino, infantil e de imigrantes e negros e o incentivo ao empreendedorismo, fundados na desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Atingida em sua reprodução objetiva, ou seja, em suas condições de reprodução material (empregos e salários), a classe trabalhadora passou também a encontrar novos desafios em sua dimensão subjetiva enquanto classe. Neste sentido, há novos desafios na

organização e defesa de seus direitos, pois os laços de solidariedade foram fragilizados pela precariedade, o que se reflete na desmobilização das lutas e na diminuição do poder de articulação do movimento sindical.

Dentre as características assumidas pelo trabalho neste contexto estão a *heterogeneização*, que se expressa pela exclusão dos mais jovens e mais velhos, mas principalmente pelo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes de forma subproletariizada, em ocupações precárias, subcontradas, temporárias, “terceirizadas”, na economia informal e no trabalho doméstico. Sobre este processo Antunes comenta:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. [...] (ANTUNES, 2006, p.54, grifo do autor).

Como tendência do desenvolvimento social a complexificação da sociedade e das relações nela envolvidas requerem indivíduos cada vez mais capazes de se desenvolver. A exigência por indivíduos mais capacitados é condição natural para que a sociedade continue evoluindo (LESSA e TONET, 2011).

No capitalismo, no entanto, a complexificação torna-se problemática, pois ocorre de forma limitada e restrita ao modo de produção. Na atualidade aumentam-se a cada dia as exigências pelo desenvolvimento de competências educacionais, profissionais, culturais, relacionais e de diversas outras ordens para que se possa participar da atividade produtiva minimamente “qualificada”, exigindo do trabalhador que ele seja polivalente, capaz de operar várias máquinas e equipamentos, manejar diferentes ferramentas, realizar diversas tarefas e utilizar sua capacidade intelectual até a exaustão. Este processo é paradoxal, uma vez que de outro lado tantos outros trabalhadores não têm oportunidade de acessar às melhores oportunidades de qualificação e acabam por inserir-se de forma precarizada no mundo do trabalho.

A fragmentação do processo produtivo tem a finalidade de intensificar a utilização e a extração do sobretrabalho. É um fenômeno complementar à complexificação, pois compreende combinações de trabalho intelectualizado com

formas mais brutalizadas de exploração, em especial, de frações mais vulneráveis da população, como mulheres, imigrantes e até mesmo crianças.

Segundo Antunes (2006) é incorreto falar no fim do trabalho, o trabalho vivo não vai acabar. O capitalismo pode reduzir, intensificar e precarizar o trabalho vivo, mas não pode eliminá-lo. Esta compreensão a cerca de uma eliminação da sociedade do trabalho, para o autor, é decorrente da desconsideração do duplo caráter do trabalho, o que leva ao reconhecimento do trabalho como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho fetichizado, estranhado. Nesse sentido, a crise da sociedade do trabalho é na verdade a crise do trabalho abstrato, que se origina na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, na exploração da força de trabalho e no estranhamento.

O caráter útil do trabalho relaciona-se com de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de itens socialmente úteis e necessários. É o trabalho concreto que se expressa na sua dimensão qualitativa. Quando considerado apenas o dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada (despersonalizada), se destaca sua dimensão abstrata, "onde 'desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto' e onde 'elas não mais se distinguem uma das outras', mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato". (ANTUNES, 2006, p.84)

Deste modo, não há que se falar no fim do trabalho vivo, uma vez que o valor de uma mercadoria é gerado pelo trabalho vivo necessário para produzi-la. Se de um lado o trabalhador necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver, de outro o capitalista precisa dela para enriquecer, posto que é o trabalho vivo que origina mais-valia, a qual fundamenta e reproduz modo de produção capitalista.

Prosseguindo nessa análise vemos que as próprias transformações ocorridas na contemporaneidade apontam que o trabalho vivo não está em extinção, pois como dissemos o trabalho é imprescindível para geração de valor e para acumulação decorrente de sua apropriação. Assim, ao invés de buscar eliminar o trabalho humano, essas mutações são empreendidas a fim de expandir a riqueza ao menor custo possível, por meio do aumento da produtividade do trabalho com a redução do tempo necessário na produção, o que se alcança pelo implemento tecnológico agregado à intensificação da exploração do sobretrabalho. Neste sentido, a diminuição do número de postos de trabalho não significa que o trabalho perdeu a centralidade na contemporaneidade, pelo contrário, o trabalho continua estruturando a produção capitalista, dado que o sistema gera riqueza se apropriando do trabalho não-pago, assim, faz todo sentido para lógica do

capital diminuir os postos de trabalho, pois ao mesmo tempo em que mantém o controle sobre os trabalhadores, aumentando o exército de reserva, eleva-se a acumulação com o aumento da extração de mais-valia. Deste modo, o trabalho continua a ser fonte originária, primária, de realização do ser social, integrando a experiência fundamental da vida cotidiana, por meio das respostas que oferece às necessidades sociais (Ibid), mantendo-se essencial na manutenção da vida em sociedade, seja por suprir as necessidades materiais de subexistência - que no geral são muito mal atendidas nesta sociedade - seja por possibilitar e sustentar a sociabilidade dos indivíduos que muitas vezes veem no trabalho o único resqúcio de liberdade e possibilidade e emancipação.

Para além da esfera da produção no estabelecimento deste novo padrão de acumulação era necessária também uma nova conformação para os sistemas de regulação social e político que lhe davam suporte. Assim, diferentes normas, regulamentos, leis e relações que fundamentavam o Estado também foram reorientados para espelhar esta nova situação, que era distinta do período pós-guerra, quando o Estado havia, consideradas as características locais, assumido uma gama de compromissos e responsabilidades econômicas e sociais a fim de garantir o sucesso das empresas e os direitos dos trabalhadores.

No campo político-ideológico o neoliberalismo volta a culpar o estado social pela crise. Este pensamento germinou e se expandiu, de modo que a estratégia para enfrentamento da crise, em nível global, constituía-se em pesadas medidas de ajuste fiscal - mais duras para os países periféricos que eram os mais endividados - que repercutiram perversamente no conjunto da sociedade, principalmente entre os mais pobres. Dentre essas medidas destacamos o abandono de políticas de pleno emprego em favor da livre-iniciativa, do mercado informal e do discurso do empreendedorismo; redução ou ausência de intervenção no comércio exterior (significando também a falta de proteção do mercado interno) e no mercado financeiro, permitindo maior mobilidade do capital; e regressão de políticas e direitos sociais conquistados, o que no Brasil significou um quadro de contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003).

No Brasil estes processos de se deram de forma semelhante conforme aponta Silva:

O Brasil não fugiu desse modelo, realizou o ajuste estrutural, sobretudo entre a segunda metade da última década do século XX e o início deste novo milênio, tendo como metas a reestruturação produtiva, a reorientação do papel do Estado a financeirização do capital, sob diretrizes neoliberais. O ajuste, sob condições subordinadas, provocou mudanças no mundo do

trabalho, cujos efeitos mais evidentes são o agravamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores. Esses efeitos produziram uma expressiva superpopulação relativa que alimentou a elevação dos níveis de pobreza e graus de vulnerabilidade da classe trabalhadora. (SILVA, 2006, p. 16).

Deste modo, as recentes mudanças no mundo do trabalho se deram em decorrência da reestruturação produtiva e do redimensionamento das funções do Estado enquanto estratégia do capital no estabelecimento de um novo padrão de acumulação, o que nos faz compreender que estes processos não estão isolados.

Capítulo II – Mulheres em Movimento no Brasil

A emergência do modo de produção capitalista, no contexto europeu onde se deu inicialmente, trouxe como consequência o empobrecimento acelerado das famílias ocasionando grandes mudanças na vida dos indivíduos, principalmente das famílias trabalhadoras que viviam da produção agrícola ou como pequenos artesãos. No primeiro caso, a introdução das máquinas no campo tornou grande parte deste trabalho desnecessário, levando grandes contingentes de trabalhadores rurais a migrar para as cidades em busca de empregos, que por sua vez não absorvia toda a força de trabalho disponível, contribuindo para a formação de grandes bolsões de pobreza. Neste contexto, as mulheres foram incorporadas à classe trabalhadora, ainda que de forma subalternizada, mas em muitos casos constituindo-se como únicas provedoras de suas famílias. Neste capítulo buscaremos compreender como, em contextos mais recentes, a reorganização dos arranjos familiares e as estratégias de garantia de subsistência de seus membros se relacionam com transformações nas relações sociais, as quais foram impulsionadas por fatores econômicos e pelo dinamismo das mulheres, pois como destaca Antunes (2006, p.53):

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina [...]. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital.

2.1 - Mulheres na luta por direitos

A fim de compreender os caminhos percorridos pelos movimentos de mulheres em nosso país seguimos o resgate histórico empreendido por Celi Regina J. Pinto (2003) em "*Uma história do feminismo no Brasil*". Para esta autora o movimento feminista caracteriza-se como difuso e complexo no qual, para fins de estudo, podemos destacar duas fases: a primeira vai do final do século XIX até 1932 e a segunda trata do feminismo a partir de 1968³.

Na primeira fase dentre as diversas manifestações do movimento a autora destaca três: o feminismo "bem comportado" que tinha o foco no movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. A esta vertente se atribui um caráter conservador da ordem social, pois não estava entre suas preocupações o questionamento das relações ou da opressão sofrida pelas mulheres, o que se buscava era um melhor andamento da sociedade. Por outro lado, havia um quadro heterogêneo de mulheres que, além dos direitos políticos, reivindicavam direito à educação e saúde para mulheres e ainda discutiam o tema da dominação masculina, debatendo temas sensíveis na época como sexualidade e divórcio. Este era o feminismo "mal comportado". Havia ainda uma terceira tendência que a autora nomeia de "o menos comportado dos feminismos" no qual se encontravam mulheres engajadas na luta política e com vinculações ao movimento anarquista e ao Partido Comunista.

Após o golpe de 1937 houve uma fase de inflexão do movimento feminista que perdurou até novas formas de reorganização do movimento nos anos de 1970. Isto não significa dizer que naquele período as mulheres não tiveram qualquer participação na esfera pública, na verdade, ainda que em contexto repressivo, continuaram a montar suas próprias formas de articulação, em busca de direitos sociais, justiça econômica e redemocratização, um exemplo de destaque é o movimento de 1950 contra a alta do custo de vida.

Já na década de 1970 o feminismo ganha novo fôlego dentro e fora do país. Nos Estados Unidos e na Europa havia grande efervescência política e grandes

³ De outra forma, no contexto internacional, segundo Gonçalves (2010) os estudos costumam dividir o feminismo em duas ondas: a primeira vai do final do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda com início no final dos anos de 1960, a partir de onde se começa teorização sobre a opressão da mulher.

A partir dos anos 1980, surgem teorias críticas à segunda onda e emergem os estudos de gênero. Diferentes estudos admitem ainda a existência uma terceira onda identificada como *pós-feminismo*.

transformações culturais, enquanto no Brasil estávamos em plena ditadura. Em 1972 foram realizados o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher e as novas reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, ainda sob as contradições marcadas entre os feminismos "bem" e "mal comportados" do período anterior. Em 1975 foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Mulher, o que motivou evento "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Ainda em 1975 foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira Internacional e organizado o Movimento Feminino pela Anistia. O diálogo com exiladas que voltaram ao país trouxe uma nova forma de pensar a condição de mulher, em que somente os papéis de mãe e esposa, na sombra dos homens, não eram suficientes. As mulheres passaram a se reconhecer enquanto sujeitos políticos, enquanto indivíduos e categoria, e a reivindicar espaços nos partidos políticos e nos sindicatos.

Diversos encontros, seminários e conferências possibilitaram a discussão sobre temáticas importantes para as mulheres, tais como: direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica e assassinatos de mulheres, entre outros. Para aquelas que a conquista do mercado de trabalho foi uma demanda conquistada, surgiram novas demandas relacionadas a esta inserção (condições de igualdade em diversos fatores, dentre eles o salarial, oportunidade de crescimento e etc.).

O feminismo na década de 1980 enfrentou duas importantes questões: a primeira delas diz respeito à unidade do movimento e a segunda trata da relação do movimento com os governos que começavam a se estabelecer nesta nova fase política. Neste período de grandes mudanças no movimento, a temática ganha cada vez mais espaço na academia, por meio do Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e de pesquisas de ciências humanas e educação realizadas em grandes universidades do país, que possibilitaram o surgimento de diversos Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher. Por outro lado, surgiram grupos feministas temáticos que buscavam dar conta de demandas específicas, como feminismos de mulheres negras e de mulheres das periferias, sobre os quais falaremos mais adiante. A década de 1980 foi marcada pela volta da democracia formal e neste momento os grupos feministas estavam próximos das organizações de esquerda na luta pela redemocratização e também em prol de demandas nas áreas sindical e rural. Em 1987 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Neste mesmo ano a articulação das 25 constituintes e

o *lobby do batom* foram incisivos na conquista de direitos durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (RODRIGUES, 2005b)

Um entrave que se coloca no cotidiano de grande parte das mulheres é o problema da violência. As agressões físicas, sexuais e emocionais dos machos, ou de quem lhe faça às vezes, tornam alvos de violência de gênero não só as mulheres, mas também as crianças e os adolescentes de ambos os sexos (SAFIOTTI, 2001). O lugar do "macho", neste caso, é do mais forte, da pessoa que não descarta o uso da violência para dominar e subordinar o outro nesta relação. Assim, mesmo ausência de um homem pode existir entre mulheres e crianças e em relações homoafetivas, enquanto produto das relações de dominação e poder vigentes no sistema patriarcal, sobre o qual ainda estão fundadas as bases da nossa sociedade. A luta histórica contra a violência avança aos poucos e a partir de 1985, foram criadas as delegacias especializadas, e embora, o feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não tenham resolvido o problema da violência, a criação das delegacias foi um progresso na medida em que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência. Mais um passo foi dado neste sentido com a concepção a lei Maria da Penha (11.340/2006) - cuja aplicação dos instrumentos previstos ainda é um desafio para o poder público - inspirada principalmente pela Convenção de Belém do Pará (1994).

Saúde é outro tema de grande importância para o movimento feminista e começa a se materializar em políticas específicas partir da década de 1980 com a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM, pelo Ministério da Saúde, que envolvia três temas: planejamento familiar, sexualidade e aborto (PINTO, 2003), devendo considerar todos os ciclos femininos, da puberdade à velhice, como merecedores de atenção. (DANTAS, 2003). Quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, o movimento ainda vem batalhando pela constituição de políticas públicas que garantam condições de bem-estar e qualidade de vida para as mulheres. Luta que se dá também no apoio a projetos de lei que promovam os direitos da população feminina, dentre os quais citamos a lei nº 10.224/2001 que alterou o Código Penal, transformando o assédio sexual em crime e a lei 12.845/13 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Outra importante conquista começou a se concretizar em abril de 2013, onde a partir de diretrizes aprovadas na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em junho de 2011, foi aprovado um Projeto de Emenda Constitucional, a chamada PEC das Domésticas que se consubstanciou na Emenda

Constitucional n.º 72, de 02/04/2013, que altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013).

Em nosso país o trabalho doméstico tem suas raízes no regime escravista e engloba três dimensões que reafirmam a sua inserção na reprodução das desigualdades e exclusão social: gênero, raça e classe social. O trabalho doméstico é uma atividade majoritariamente exercida por mulheres negras, pobres e com baixo nível de instrução. (Idem). Por ser uma profissão ocupada quase totalmente por mulheres acaba por ser invisibilizada pela cultura machista e pela divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo em que o fato de se desenvolver no âmbito privado acaba por favorecer abusos e a precariedade das relações trabalhistas.

De acordo com Pinto (2003) a partir de 1990, dois cenários importantes começam a identificar novas formas que pensamento e o movimento feminista tomaram: o primeiro se expressa na dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; e o segundo, pela profissionalização do movimento por meio do crescimento do número de ONGs, que mesmo se reconhecendo seus limites e contradições deram um novo fôlego para atuação do movimento. Dentre as quais podemos elencar: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA) e as Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), ambas com sede em Brasília, atuam na esfera da alta política. A Articulação da Mulher Brasileira (AMB) atua como contraponto, assessorando e organizando os movimentos de base. A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), a Assessoria Jurídica (THEMIS), o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). A GELEDÉS atua no campo da política, principalmente com mulheres negras e de camadas populares, organizando-as para aumentar sua articulação na esfera pública. Toda essa diversidade evidencia a impossibilidade de se falar em uniformidade do movimento feminista, portanto, o que se tem na verdade é a coexistência de múltiplas identidades e de um feminismo difuso na sociedade.

Como dissemos, embora difusos, os movimentos feministas e de mulheres se articulam internacionalmente com bandeiras mais ou menos universais em defesa da liberdade para as mulheres, neste sentido Bandeira e Almeida (2013) destacam fatos que as ações destes movimentos desencadearam em esfera global nas últimas décadas,

dentre os quais podemos destacar: A primeira Conferência Mundial de Mulheres (México, 1975); a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993); a Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993); a IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), que discutiu direitos sexuais e reprodutivos; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Carta de Belém do Pará, de 1994); a Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), onde constatava que mulheres são as mais atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental, da violência, e da guerra. Assim, não é possível desenvolvimento socioeconômico sem a inclusão das mulheres; A IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995); Beijing +5 (2000); e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001) que discutiu a situação de mulheres afrodescendentes e indígenas afetadas pelo preconceito sexual e étnico-racial, sendo as mais vulneráveis à pobreza e à marginalização.

Rodrigues (2005b) cita que na Conferência "Práxis feminista e democracia"⁴, a filósofa francesa Françoise Collin descreveu o movimento feminista como sendo:

1) responsável pela ampliação da democracia, na medida em que permitiu que a outra metade da população tivesse direito a voto; 2) um movimento plural, sem hierarquia, dogmas, controle ou estruturas centralizadas, que não defende uma verdade, mas está em permanente processo de construção de uma agenda que evolui e se modifica. (Idem, p.758).

Essa segunda característica é importante para ressaltar que quando se discute o feminismo, se fala de um lugar, de um ponto de vista, pois não se pode falar em nome de todo o movimento. Assim, embora haja algumas bandeiras mais ou menos universais, como a busca pela igualdade entre homens e mulheres, alguns desvios também ocorreram como a perpetuação sentimentos revanchistas ou mesmo da ideia de que os "homens são inimigos a serem abatidos". Por outro lado, embora muitas mulheres e homens se identifiquem com ideias feministas como igualdade nos salários, direitos e acesso à contracepção, fim da violência doméstica, igualdade nas tarefas

⁴ Realizada no Museu da República, em 14 de abril de 2005 pelo Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) e da Articulação de Mulheres do Brasil (AMB).

domésticas, muitos resistem em se identificar como feministas. De modo que ainda hoje "mulheres que estudam, trabalham e são donas das suas próprias vidas muitas vezes não reconhecem que o feminismo produziu uma revolução silenciosa e pacífica, capaz de mudar o padrão de comportamento de homens e mulheres nas sociedades ocidentais." (Idem, p.759).

2.2 – A família e suas feições contemporâneas

Ao estudar a família e sua relação com os estágios de desenvolvimento humano, Engels (1984) destaca três grandes épocas: o *Estado Selvagem*, onde predominaria a coleta de alimentos e itens prontos na natureza; a *Barbárie* onde se desenvolveram a agricultura e a domesticação de animais e a *Civilização*, que tem seu auge no período industrial, no qual os produtos passam a ser cada vez mais elaborados e a cultura e a arte são aprimorados.

Desse modo, desde os períodos pré-históricos, a trajetória da família seria, de acordo com o autor, "uma redução constante do círculo em cujo interior predomina a comunidade conjugal entre os sexos, círculo este que originariamente abarcava a tribo inteira." (ENGELS, 1984, p. 49).

No Estado Selvagem, em cada grupo o homem pertenceria a todas as mulheres e cada mulher pertenceria a todos os homens de sua geração. Na Barbárie surge a família sindiásmica e o grupo se reduz à sua unidade última que é o par, ou seja, o casal, mas ainda com laços facilmente dissolúveis por ambas as partes. Por fim, no estágio da Civilização, surge a monogamia, que se baseia no predomínio do homem e cujo objetivo é a procriação e a preservação da riqueza através da herança. As culturas grega e romana são exemplos da forma de organização da família monogâmica. Esta forma foi "a primeira que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e representou concretamente o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente". (ENGELS, 1984, p. 70).

O autor compreende o casamento burguês como sendo de conveniência. Comenta que em seu tempo de vida nos países católicos os pais escolhiam para os jovens burgueses a mulher que mais lhes conviesse. Já nos países protestantes, por seu turno, havia, no geral, um pouco mais de liberdade para que o filho burguês encontrasse

uma noiva dentro de sua classe. Os costumes mudaram e, na maioria dos casos, nos países ocidentais prevalece o livre contrato entre as partes, onde há certa liberdade para a escolha do par. De todos os modos, a observação de Engels a respeito da classe ainda se espelha na realidade, e o casamento ainda é majoritariamente baseado na posição social, sendo poucos os indivíduos que conseguem transpor este obstáculo. Assim, as ideias de um amor sexual moderno e a liberdade de escolha ficam realmente limitadas (porque se pode escolher, mas somente dentro de um número limitado de opções).

O decurso da revisão na literatura nos conduziu à obra de Ariès (1981), com sua pesquisa sobre a família francesa, da Idade Média até a Modernidade. Segundo o autor até, o séc. XVII, a vida se voltava para o espaço público, em detrimento da intimidade e da privacidade, assim, antes deste período, a família não existia como anseio ou valor. O processo de intimidade e interiorização da família que conhecemos na atualidade só assumiu o modelo nuclear, no fim da Idade Média (séc. XVI e XVII).

A partir das transformações socioeconômicas ocorridas no século XVIII com o surgimento da sociedade industrial tornou-se emergente, no contexto burguês, o arranjo familiar composto por pai, mãe e filhos, a chamada família nuclear moderna ou conjugal. Com a divisão social do trabalho e um movimento de divisão entre os espaços públicos e privados relacionados a esse modelo de família, ganha corpo um ideal de amor materno em que a mãe dever dedicar-se inteiramente ao cuidado e educação dos filhos, estando confinada ao âmbito doméstico. O homem, por seu turno, ganha o espaço público, o mundo do trabalho, social e político, com a função principal de ser o provedor e chefe de família dentro de um modelo de relações patriarcais. Com essa mudança de valores, as crianças começaram a ser vistas como singulares, ocupando um lugar junto aos pais e permanecendo no espaço doméstico enquanto a família se voltou para o cuidado com sua educação e seu futuro. Essas transformações possibilitaram a queda na mortalidade, principalmente a infantil, ao passo que verificou-se gradativamente uma queda na natalidade. Para Ariès (1981) uma consequência da significativa redução do número de crianças é que elas passaram a ser mais valorizadas. A criação desse ambiente de intimidade, na esfera familiar, teve início na aristocracia, mas foi estendido aos artesãos e comerciantes, e posteriormente no século XVIII, o sentimento de família alcançou as demais camadas sociais, ainda que com dinâmicas diferenciadas.

Se na família nuclear tradicional o pai tinha a função de sustentar o grupo familiar e a mãe de cuidar das crianças, com o decorrer do processo industrialização

estas divisões foram se modificando, principalmente e mais rapidamente para as famílias pobres. A atividade agrícola perdia a centralidade econômica e muitas famílias migraram para as cidades dando origem aos grandes centros urbanos. Neste contexto, os baixos salários pagos à classe operária empurravam mulheres e até mesmo crianças para o mundo do trabalho, a fim de garantir a sobrevivência das famílias, dando origem à sociedade urbana industrial. Este quadro favoreceu a mudança no papel das mulheres na sociedade. Esta constatação é parcial e restrita porque embora se fale de uma maior presença das mulheres no mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XX, quando mulheres de classes médias passaram a reivindicar o mundo do trabalho em busca de emancipação, mulheres pobres já trabalhavam por necessidade há séculos. (HOOKS, 2015)

No decorrer do século XX, transformações ocorridas nos planos cultural e socioeconômico, com fundo nos processos de expansão da economia capitalista, vem repercutindo nas dinâmicas e estruturação das famílias. De modo que não podemos falar em família, mas em famílias, dada a diversidade de relações coexistentes. Neste contexto, Miotto (2004) aponta que o trabalho com famílias envolve a consideração das diferentes configurações familiares e as relações que elas estabelecem com os demais setores da sociedade civil e como o Estado.

Simionatto e Oliveira (2003) observam que em diferentes países o conceito de família, estruturada a partir do núcleo heterossexual monogâmico, passou por transformações que se deram de forma mais marcante a partir da década de 1960, quando cresceram o número de divórcios que libertaram os casais, principalmente as mulheres, de relacionamentos insatisfatórios e casamentos fracassados. Dentre os fatores explicativos destas transformações estão as mudanças culturais promovidas pela atuação do movimento feminista, pelo qual as mulheres começaram a conquistar sua emancipação sexual e social. Nesta década a difusão da pílula anticoncepcional possibilitou a separação da sexualidade da reprodução, de modo que a maternidade deixou de ser um destino podendo, a partir de então, ser uma escolha. Por outro lado, tinha-se a libertação econômico-financeira de um número cada vez maior de mulheres antes subordinadas a seus maridos. Amenizada a dependência a igualdade passa a ser um ideal em que se busca basear os relacionamentos. Assim, nas últimas três décadas, vencido o estigma inicial do divórcio, começaram a surgir diferentes formas de organização familiar:

[...] casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas “produções independentes” tornam-se mais frequentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003. p. 60)

Na atualidade as influências políticas, econômicas, sociais e culturais que as famílias sofrem do meio ocasionaram mudanças nas relações, papéis e nos vínculos entre de seus membros, contudo, as famílias permanecem desempenhando papel fundamental no desenvolvimento humano, na proteção e saúde de seus membros. (WIESE e SANTOS, 2009; SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003; AMAZONAS et al 2003). Neste contexto o casamento deixa de ter fundamento em relações econômicas, passando a ser balizado pela ideia de amor romântico e a família destaca-se com um grupo regulado por relações afetivas. Desta forma, um casal não mais permaneceria junto senão pelo amor, tendo assim, possibilidades de melhor cuidar de seus filhos. Além de possibilidades emancipatórias este caráter relacional e individualista apontado por Simionato e Oliveira (2003) possuiria, para alguns autores, um elemento contraditório que precisa ser melhor compreendido, pois ao depositar a ênfase da constituição das famílias no indivíduo e não mais no grupo incorre-se no risco de supervalorização da individualidade, do egoísmo, e da autossatisfação abrindo espaço para fragilização da família. Para as autoras o conceito de família é, de certo modo, subjetivo, dependendo de quem o define. Uma das formas seria:

[...] um sistema inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham sentimentos e valores formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, com especificidade e funcionamento próprios. Os conceitos podem ser diversos, mas um ponto comum é que a união dos membros de uma família, com ou sem laços consanguíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto. (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003. p. 57-58)

As autoras refutam a ideia de crise da família – que seria caracterizada pela queda da natalidade, aumento dos divórcios, e crescimento da expectativa de vida - pois o que se tem não é o enfraquecimento da família enquanto instituição, mas o surgimento de novos modelos familiares baseados numa perspectiva igualitária, na independência financeira da mulher e em novas relações entre os sexos, entre outros fatores. Simionato e Oliveira (2003) destacam que as alterações demográficas como a redução da natalidade e o aumento da expectativa de vida ocorreram de forma mais ou menos

similar entre as regiões do país. Apontam ainda que, embora muito presente no imaginário e nos discursos, a concretude da composição das famílias populares se distingue do modelo tradicional de família nuclear, composta por pai que trabalha fora e mãe que cuida dos filhos que estudam.

Neste contexto, três realidades se destacam: o crescimento do número de famílias monoparentais compostas apenas por mulheres e seus filhos, situação que as coloca em centralidade não somente como principais, mas como únicas provedoras do sustento de suas famílias; o aumento no quantitativo de indivíduos e famílias inteiras em situação de rua e a predominância, segundo as autoras, nos centros urbanos, de núcleos familiares compostos por diferentes gerações, onde filhos adultos permanecem ou retornam à moradia original com suas próprias famílias como forma de reduzir os custos com habitação e outros, bem como compartilhar as responsabilidades e cuidados com membros dependentes tais como crianças, deficientes e, conforme o caso, adolescentes e idosos. (SIMIONATTO E OLIVEIRA, 2003).

Neste sentido corroboram Amazonas et al (2003) para os quais, nas famílias pobres os papéis destinados a cada sexo estão mais flexíveis e a responsabilidade com o sustento, os cuidados e afetos dedicados às crianças tem sido descentrados do núcleo tradicional, sendo assim, compartilhados com tias e avós e outras pessoas que não incluam grau de do parentesco e consanguinidade constituindo famílias extensivas. Este modelo coletivista favorece a sobrevivência de seus membros e aumenta suas possibilidades de identificação.

Marilena Chauí aponta a família como espaço contraditório que, ao mesmo tempo em que pode proteger seus membros de perigos externos, é passível de muitos conflitos:

A família se apresenta, portanto, como mescla de conformismo às exigências sociais e como forma fundamental de resistência contra essa mesma sociedade no interior dessa mesma sociedade – mantém a subordinação feminina e filial, mas protege mulheres, crianças e velhos contra a violência urbana; força os homens à dominação masculina, mas lhes garante um espaço de liberdade contra a subordinação no trabalho; conserva tradições mas elabora um projeto para o futuro. É não só o lugar onde "se obtém o prazer", mas também núcleo de tensões e de conflitos (CHAUÍ, 1986, p. 145).

. Diante de uma sociedade tão desigual e de uma realidade tão múltipla e plural, na qual coexistem, nem sempre de forma harmônica, diferentes tipos de afetos e formas de pensamento, as diferentes formas de organização familiar devem ser

consideras de forma a compreender as transformações e significados das relações familiares, ao que nos cabe, em especial na elaboração e execução de políticas públicas na garantia e concretização de direitos.

2.3 – Gênero – uma categoria útil para superação das desigualdades sociais

Segundo Bandeira e Almeida (2013) ao se adotar a categoria analítica "gênero" reconhece-se a existência de experiências vivenciadas de formas distintas por homens e mulheres. De acordo com Scott (1995) estas distinções são histórico-socialmente construídas dentro de certa cultura, e não biologicamente determinadas, e se expressam em diferentes normas, padrões, valores, práticas e comportamentos percebidos de modo diferente de acordo com o sexo. Para esta autora, gênero refere-se não apenas às ideias, mas também, às instituições, às estruturas, aos rituais e outros elementos da vida cotidiana que constituem as relações sociais.

O termo gênero, originário do inglês, começou a ser utilizado como instrumento de análise e prática política pelos movimentos feministas entre as décadas de 1970 e 1980, sendo também incorporado pelas ciências sociais brasileiras e mais tarde servido ainda como referência para formulação de políticas públicas voltadas para mulheres, uma vez que enquanto categoria foi capaz de trazer à tona, na academia e nos movimentos feministas e de mulheres, debates e análises que até então permaneciam em segundo plano, como o questionamento ao poder e à dominação, ao denunciar que não há nada de natural nas desigualdades que são na verdade socialmente construídas.

A perspectiva de gênero possibilita o reconhecimento da diversidade e multiplicidade de interpretações, abrindo campo para análises de modos de vida, redes familiares, relações pessoais, dos vínculos entre as pessoas, da construção da solidariedade, resistência e lutas, proporcionando um maior conhecimento sobre a situação social das mulheres. Assim, possibilita destacar que o social é historicamente construído, e nele as experiências sociais femininas e masculinas diferenciadas emergem em condições próprias em cada sociedade.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem uma peculiaridade com relação ao trabalho masculino. Sua maior presença no mercado de trabalho através da venda da sua força de trabalho, por ocasião do processo de industrialização, quando

começaram a integrar massivamente o conjunto da classe trabalhadora as colocou de pronto em condições de desigualdade e precariedade. Este processo ocorreu vinculado condições desfavoráveis gestadas no discurso da *divisão sexual do trabalho*. De modo que a feminização se deu de forma subordinada, seja pela oferta de menores salários, pela hierarquia imposta, ou outros fatores que expressam a dominação masculina.

Segundo Scott (1994) as mulheres sempre são consideradas quando se pretende baratear a produção e reduzir custos, sendo associadas ao trabalho barato, mas nem todo trabalho barato era considerado para elas. Se fossem consideradas para trabalhar nos ramos têxteis, na confecção, no tabaco, na alimentação, raramente eram encontradas nas minas, na construção civil, na construção mecânica ou naval, mesmo quando havia necessidade de mão de obra considerada não qualificada:

[...] O trabalho para que eram contratadas mulheres era definido como 'trabalho de mulher', adequado de algum modo às suas capacidades físicas e aos níveis inatos de produtividade. Este discurso produziu uma divisão sexual no mercado de trabalho, concentrando mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência. [...] (SCOTT, 1994, p. 454)

A autora argumenta ainda que a divisão objetiva entre a casa e trabalho não é suficiente para explicar a divisão sexual do trabalho. Assim, esta explicação deve ser buscada na história dos discursos sobre a construção do trabalho feminino. Assinala ainda que as primeiras legislações de proteção ao trabalho feminino afirmavam que todas as mulheres eram dependentes dos homens e quando assalariadas eram um grupo "insólito e vulnerável", estando desta forma limitadas a determinadas ocupações. (SCOTT, 1994, p. 455). Quanto aos salários, esclarece que o pensamento da economia política convergia no sentido de que o salário do homem deveria ser suficiente para manter a subsistência de sua família; o da mulher o suficiente para si mesma quando casada, quando solteira nem isso, pois contaria com um homem de sua família para isso. Isso as mantinha dependentes dos homens porque o cuidado das famílias ainda era sua responsabilidade.

Neste contexto os homens eram vistos como pilares das famílias e seus salários os responsáveis por sua reprodução, em contraposição o trabalho remunerado das mulheres era apenas suplementar e o doméstico nem era considerado por tratar-se de uma missão, um dever moral, fazendo ambos invisíveis. Assim, a mulher foi sendo

mantida em nível considerado improdutivo. Entretanto, essa ideia de que o trabalho de homens e mulheres não tinha o mesmo valor não as confinava dentro das casas, pois quando as mulheres ou suas famílias precisavam de dinheiro elas saíam para ganhá-lo. (SCOTT, 1994).

Ainda hoje as discussões sobre a solução das condições de trabalho das mulheres, dos baixos salários, da falta de apoio social à criação dos filhos permanecem, nos discursos, no plano de mazelas a serem expiadas em consequência do "desvio" de sua "função natural" de mães e cuidadoras de suas famílias.

As experiências e histórias de vida não são homogêneas entre todas as mulheres, pois fatores como classe social, nível de escolaridade, pertencimento étnico/racial se entrecruzam no que Oliveira (2007) nomeia de interseccionalidade, gerando neste processo, infinitas matizes da vivência do ser mulher nesta sociedade, e que em muitos casos são mais opressoras.

Neste espectro se constituiu o feminismo negro, enquanto movimento social protagonizado por mulheres negras, com o objetivo de trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. No Brasil, seu início se deu no final da década de 1970, a partir de um duplo enfrentamento por mulheres negras feministas: primeiro porque o movimento negro tinha sua expressão sexista, as relações de gênero trabalhavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições liderança ou mesmo de igualdade junto aos homens negros; por outro lado, o movimento feminista tinha sua face racista, desprezando as discussões de corte racial e privilegiando as pautas que contemplavam as mulheres brancas. A este respeito bem nos fala Carneiro (2003) sobre falta de identificação com os movimentos sociais, em especial, o feminismo hegemônico e a necessidade de enegrecer o movimento feminista, que em sua gênese enquanto mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, as mulheres negras carregavam o peso do passado escravo, ainda subsumidas à posição de subordinadas; no entanto, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante a mulher branca.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras,

quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2003, p. 1).

Neste sentido de pensamento converge Bell Hooks, para a qual a luta de classes está ligada à luta para acabar com o racismo. Segundo a autora as mulheres negras estão em posição peculiar nesta sociedade:

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. (HOOKS, 2015, p. 207).

O feminismo trouxe muitas conquistas para as mulheres, mas ainda hoje vemos um vácuo de representatividade de mulheres negras, na mídia, por exemplo, onde meninas e mulheres não têm exemplos negros positivos de nos quais se espelhar, não por falta de pessoas atuantes e sim por conta da invisibilidade.

Deste modo, o feminismo negro cumpre sua função contra a tendência do feminismo hegemônico de englobar todas as mulheres a partir de uma única característica em comum: o gênero. Supondo que todas passam pelos mesmos problemas e anseiam as mesmas coisas, pois se o movimento não se atentar para as especificidades termina por se omitir, muitas vezes de forma deliberada.

A partir dessa compreensão a conscientização a respeito das diferenças entre mulheres foi ganhando cada vez mais corpo e a militância feminina negra foi se fortalecendo ao longo do tempo, na qual alguns nomes fizeram história e alcançaram destaque no campo político. Essa é uma luta contínua para alcançar, em termos de indicadores socioeconômicos, os outros estratos sociais, pois se as mulheres brancas ainda precisam lutar tanto por igualdade, a sociedade precisa olhar com atenção a situação das mulheres negras que sequer são iguais quando comparadas com outros indivíduos de seu gênero.

Para finalizar nossa incursão sobre o conceito de gênero, não obstante o objeto deste trabalho sejam as mulheres, um breve parêntesis é necessário. Assim, destacamos que embora a categoria gênero tenha sido utilizada neste estudo como uma

forma de localizar no campo social as desigualdades socioculturais que se estabelecem nas relações entre mulheres e homens, a própria compreensão e uso de "gênero" estão agregados a campos teóricos e políticos específicos, ao se eleger uma perspectiva para realização de análises e aplicação de significados. "A própria categoria – que é de descrição e análise, não de senso comum – insere-se em um jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas que visam a legitimar, cada uma, suas definições". (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013. p. 37). Havendo, assim, diferentes usos e interpretações sobre a categoria.

Nas últimas décadas surgiram diferentes perspectivas sobre a temática, sendo que no ano de 1990 foi publicado *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of*, no qual, segundo Rodrigues (2005a), Judith Butler ao questionar-se sobre os mecanismos de produção e reprodução do sistema normativo e binário sexo/gênero, chegou à conclusão que o gênero não é uma expressão do sexo, assim como sexo e sexualidade não são a expressão de si ou de uma identidade, mas o efeito do discurso sobre o sexo, funcionando como um dispositivo disciplinar. Deste modo, a feminilidade não é a única expressão cultural de um corpo feminino, assim como a masculinidade não é fatalmente a expressão de um corpo masculino. De modo que a masculinidade ou feminilidade não estão coladas aos corpos biologicamente definidos, uma vez que o sexo não limita o gênero. Como o gênero pode transpor os limites do binarismo sexo feminino/sexo masculino, todo gênero é uma *performance* de gênero.

O conceito de gênero sob o qual teoria feminista se fundamentou explicava o sexo como biologicamente definido (órgãos femininos ou masculinos); gênero como as atribuições socioculturais relacionadas ao sexo (os papéis do 'homem' e da 'mulher'); e identidade de gênero como a autoafirmação do indivíduo dentro destes limites, a princípio binária e compulsoriamente designada pela sociedade. Mas em que medida o corpo e o sexo são biologicamente determinados? Pode o corpo interagir com o meio e ser transformado pelas atribuições sociais de gênero? A estas questões nos recorre o conceito de *performance* de Butler que refuta a divisão sexo/gênero, na qual sexo é natural e o gênero é socialmente construído, pois para a autora, assim como o gênero o sexo não é natural, mas também está inscrito nos limites do discursivo e da cultura. O corpo reproduz signos, numa imitação de atos que repetem noções prévias de gênero, sendo, portanto, efeito de sua *performance*.

Desta forma Butler contextualizou o corpo e o sexo, dissipando a dicotomia sexo x gênero, que fornecia possibilidades reduzidas de problematização da "natureza

biológica” de homens e de mulheres. Para a autora, em nossa sociedade vivemos sob uma sanção social que exige a coerência entre sexo, gênero e desejo/prática que devem ser necessariamente heterossexuais. Assim, o conceito de gênero acabaria também por ser "naturalizado" como uma espécie de essência, na medida em que seria um instrumento empregado pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo social (da construção humana), ou seja, posicionando o sexo em uma natureza inalcançável à crítica e a mediação dos sujeitos. (RODRIGUES, 2005a)

Foram diversas as repercussões da desconstrução do gênero, em Butler, entre a elas a própria desconstrução da identidade e "categoria mulher" e consequente abertura para construção de uma ação política feminista onde não somente as mulheres seriam sujeito da emancipação, mas também todas as formas de subalternidade. De modo que o debate em torno da identidade de gênero foi enriquecido na medida em que deixa de estar restrito ao reconhecimento do sujeito político apenas no limite do binarismo masculino/feminino, mas também em outras possibilidades de identificação de gênero não vinculadas ao corpo biológico. Por outro lado, alguns dos "desdobramentos do pensamento de Butler seriam o fortalecimento das teorias queer, dos movimentos de gays, lésbicas e transgêneros e um certo abandono do feminismo como uma bandeira ultrapassada", fenômenos que ainda precisam ser mais bem investigados. (RODRIGUES, 2005a, p.181).

ARÁN e MURTA (2007) acrescentam que antes do feminismo, nos EUA dos anos 60, quando gênero servia como instrumento de análise crítica da dominação masculina, Jonh Money, em 1947, já utiliza a palavra gênero para informar certa plasticidade da sexualidade, podendo, a seu ver ser moldada pela tecnologia. Sendo assim, identidade de gênero é uma categoria ampla ainda em construção nos discursos e no interior do tecido social.

Por fim, destacamos que a categoria gênero, em suas diversas possibilidades, não pode ser ignorada na formulação e implementação de políticas sociais que visem à igualdade, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, cujos objetivos sejam alcançar a mudança da realidade rumo a uma sociedade menos sexista, homofóbica, lesbofóbica e racista, uma vez que historicamente as políticas nunca foram neutras - eram desenhadas e aplicadas apenas pela elite política: homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

Neste sentido, torna-se imprescindível pensar e discutir os rumos das políticas públicas relacionadas ao tema, uma vez que estão em curso novos processos relacionados à orientação sexual e identidades gênero, ao passo que ainda vigoram os processos de representação social de gênero ligados a corpos distintos, com funções e aparências definidas pelo sexo, pré-determinados pela sociedade patriarcal como formas de reproduzir a heterossexualidade (heteronormatividade) dominante e suas diversas funções, dentre elas a econômica. Desta forma, posicionamentos discriminatórios que explodem em violência e morte se expressam diariamente na forma de homofobia, lesbofobia, travestifobia, transfobia e bifobia. A busca pela democratização dos direitos sexuais deve levar em consideração que a manutenção dos estereótipos de gênero é contrária à afirmação da diversidade sexual como valor social.

Neste sentido, a categoria gênero, como instrumento de análise e ferramenta para superação das desigualdades é útil, na medida em que é necessário o rompimento com os "papéis sociais" dos gêneros vinculados ao sexo, mas negar que eles existem e estruturam a sociedade não auxiliam neste processo. Compreender as relações sociais de sexo como construções históricas é fundamental para a superação da opressão à diversidade humana.

Capítulo III – Trabalho, Estudo, e Família sob Enfoque de Gênero

Retomando o caminho teórico traçado até aqui, reiteramos que categoria gênero – enquanto conceito que desvela relações de poder, dominação e desigualdades – associada a outras como raça, classe e geração, bem como sua "transversalidade"⁵ com diversos campos da vida social, como saúde, educação e trabalho, não pode ser ignorada na formulação e implementação de políticas sociais que visem à igualdade. Como afirma Kergoat (2009) as relações sociais de sexo permeiam toda a sociedade e cada esfera de relações interfere em outras, desenvolvendo o dinamismo social. Inseridas no mercado de trabalho as mulheres vêm a cada dia avançando quantitativa e

⁵ A expressão "transversalidade de gênero" relaciona-se as demandas históricas no contexto internacional dos movimentos feministas e de mulheres, que já na Conferência Mundial de Mulheres de 1975, no México, propunham uma agenda com diversas ações para melhorar as condições de vida e promover o acesso a melhores oportunidades para as mulheres. Representando para os governos um impacto vinculante a ser assimilado, não de forma dispersa, mas pelas políticas de Estado e desenvolvidas em cada área governamental. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

qualitativamente em sua participação econômica, sem deixar, entretanto seus lugares de filhas, esposas e mães, fazendo com que elas circulem entre as esferas familiares e profissionais, e nossa discussão, também estudantil, trazendo muitas vezes conflitos e desafios para as trabalhadoras que precisam equilibrar esses papéis sem maiores prejuízos.

A convergência entre os estudos de gênero e do trabalho, por sua vez, possibilita maior visibilidade espaço desprestigiado ocupado pelas mulheres nos mercados de trabalho (YANNOULAS, 2013), o que é relevante, ao levar-se em consideração que são recentes e ainda estão em construção os processos de busca, garantia e ampliação de direitos sociais, a fim de oferecer maior eficácia e efetividade nas ações de erradicação das desigualdades entre homens e mulheres, especialmente com relação ao acesso a melhores condições de trabalho e renda. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013). Desde o surgimento do feminismo de segunda onda, o estudo do trabalho feminino vem se fundamentando nas discussões sobre as condições das mulheres na sociedade, uma vez que aquele possui, contraditoriamente, caráter reprodutor e transformador dessa condição. Assim, aplicar a categoria de gênero a uma análise das relações entre trabalho e outras esferas da vida das mulheres traz uma perspectiva de construir uma visão mais ampla a respeito de suas realidades, para além do caráter predominante atribuído as questões econômicas.

Considerando que a feminização da força de trabalho se deu sob a égide do patriarcado, os reflexos deste processo se expressam na intensa discriminação salarial entre trabalhadores e trabalhadoras, em segregação ocupacional, e conseqüente marginalização de papéis e lugares de poder e destaque, enquanto elementos da divisão sexual do trabalho. Neste contexto, ao mesmo tempo em que o trabalho feminino no espaço produtivo é considerado uma conquista das mulheres, permitiu que se ampliasse a exploração da força de trabalho. Isto porque às mulheres foram designadas as ocupações que os homens não queriam, como de professoras e enfermeiras para as que podiam estudar, pois eram "cuidadasas e amorosas" e às mulheres pobres foram delegados trabalhos de faxineiras e depois de operárias de baixo grau, o que caracteriza a desvalorização do trabalho feminino.

Com o avanço do modo de produção capitalista surgiram as grandes indústrias que deram origem a novos padrões de acumulação e formas de produção - Taylorismo/Fordismo e mais recentemente o Toyotismo. O primeiro deles, caracterizado pela submissão, disciplinarização e exigências físicas. Entretanto, como os

painéis econômicos não são estáveis, o capitalismo vem se moldando e se adaptando a essas mudanças. Os anos noventa foram arena de importantes mudanças no contexto internacional, onde foi se desenhando a face atual da exploração da classe trabalhadora, que se expressa nos padrões de acumulação flexíveis, que são caracterizados pela precarização e desregulamentação dos direitos trabalhistas, na intensificação, e na informalidade, sob o advento do neoliberalismo.

3.1 – Contextualizando a divisão sexual do trabalho

De acordo com Kergoat (2009) o termo divisão sexual do trabalho foi inicialmente utilizado por etnólogos para descrever uma repartição "complementar" de tarefas entre homens e mulheres. É a forma de divisão social do trabalho derivada das relações sociais de sexo, assumindo contornos diferentes em cada sociedade. Sua característica principal é a designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Esta forma de organização pressupõe dois princípios ordenadores, o da *separação*, pelo qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e da *hierarquização*, que faz com que o trabalho do homem seja considerado superior ao da mulher. A transmissão destes princípios torna-se possível por meio do processo de legitimação operado pela ideologia naturalista, que subordina o gênero ao sexo biológico, tornando os "papéis sociais" consequências das "características naturais", obscurecendo seu caráter de construção histórica.

Ainda que inseridas no mercado de trabalho as mulheres ainda bancavam uma grande quantidade de trabalho gratuito, um trabalho invisível, que não era realizado para si, mas para outras pessoas, sempre justificado pela natureza, pelo amor e pelo dever materno. Assim, junto com o feminismo moderno, foi questionado o porquê do trabalho doméstico (que não era nem visto, nem reconhecido) ser automaticamente atribuído às mulheres. Logo surgiram muitos estudos tratando a questão. Neste escopo a família passou a ser analisada, sob a perspectiva de gênero, também como espaço onde se exerce um trabalho.

Em grande parte dos estudos a "dupla jornada" e a conciliação eram tratadas como complemento do trabalho assalariado, fazendo com que a ênfase das análises recaísse sobre as desigualdades no trabalho, nos salários, sobre o acesso ao mercado,

nas reivindicações por paridade e etc. Este destaque para análise do trabalho assalariado fazia com que a análise das relações sociais de sexo ficasse em segundo plano. Isso se deu em parte em consequência do vulto das transformações do mundo do trabalho, que se caracteriza pela redução da classe operária tradicional e o avanço do neoliberalismo sobre os Estados nacionais, e que obviamente precisavam ser estudadas.

De acordo com Kergoat (2009) o conceito de "relações sociais de sexo" abarca dois conteúdos complementares: o primeiro trata da relação antagônica que se desenvolve principalmente em torno da divisão sexual do trabalho, que cria grupos sociais com interesses contraditórios, e o segundo trata das interações sociais que os indivíduos e grupos estabelecem entre si, recriando o social a partir das dinamizações que se dão no processo de sexuação do social. Assim, considerando que as relações sociais pré-configuram as sociedades, as relações sociais de sexo funcionam como paradigmas das relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Entretanto, como essas relações não são fixas ou imutáveis, sua análise permite compreender as mudanças que estão em curso na divisão sexual do trabalho.

3.2 - Ganhar dinheiro, ser independente, manter a família – Os significados do trabalho remunerado

As mulheres no contexto contemporâneo ascenderam ao mercado de trabalho e à vida intelectual, com isto tiveram maior possibilidade para traçar os rumos de sua vida, decidir se querem casar, se divorciar ter filhos ou não, ou optar por viverem solteiras ou de outras formas. Contudo, na construção social e cultural que temos ainda em vigor a casa é tida como o ambiente natural da mulher. Por isto as crianças não dizem “meu pai trabalha fora”, isto se diz da mulher (GRANT, 2002). Assim, como aponta Scavone (2001), as mulheres ainda hoje não experimentam a igualdade, não somente por desníveis, com relações aos homens, nas condições de acesso a cargos e remuneração, mas também por que são consideradas com responsáveis pelas atividades domésticas.

As mulheres sempre precisaram lutar para conseguir espaço e direitos, mas ainda hoje sua inserção ainda é vista de forma secundária. Há grandes desigualdades nas condições de trabalho entre os gêneros, especialmente no que se refere à valorização profissional, pois homens estão em condições mais vantajosas, recebem salários mais

altos e tem mais possibilidades de êxito nas carreiras. Assim, a inserção das mulheres no processo produtivo possui um duplo confronto com condições adversas: primeiro de trabalhadora, num contexto de flexibilização e precariedade do mercado de trabalho, e segundo o de ser "mulher" e tudo que isto significa numa sociedade patriarcal. (GOMES, 2008). Nas sociedades primitivas as mulheres “apenas” trabalhavam na agricultura, no artesanato e nas tarefas domésticas, ao passo que os homens caçavam e garantiam a subsistência da família, a cada um cabiam tarefas específicas, porém essa forma social era mais igualitária. Quando se estabeleceu a sociedade patriarcal, as mulheres foram excluídas de várias funções, cabendo às mulheres o espaço privado do lar, sendo apartadas dos espaços públicos, cabendo-lhes as tarefas domésticas e a criação dos filhos. (ENGELS, 1984).

Ao analisar a centralidade do trabalho remunerado na vida de mulheres solteiras de classe média Gonçalves (2010) destaca que o direito ao trabalho é um constante nas correntes do feminismo de segunda onda, o trabalho era importante tanto para as liberais, quanto para as radicais. Naquele momento se reivindicava a esfera pública, principalmente as possibilidades de profissionalização. Assim, as feministas de segunda onda, de modo geral, recusavam a separação das esferas pública e privada e as dicotomias fundadas na noção de sexo. A autora aponta ainda que as mudanças no padrão homem/provedor e mulher/cuidadora, construído pelas relações sociais, é um componente central para explicar como o trabalho se tornou fundamental na vida de um número cada vez maior de mulheres na atualidade.

As mulheres aumentaram sua escolarização a partir dos anos de 1960, abrindo novas perspectivas de educação e profissionalização às mulheres das camadas médias, pois foram estas as mais beneficiadas pela expansão educacional. A ampliação do acesso a níveis de escolarização cada vez mais elevados é um fator relevante no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres se concentram em profissões consideradas "femininas" como Serviço Social, Educação, Saúde, enfermagem, Psicologia, Pedagogia, Emprego doméstico e etc. Não obstante as limitações impostas pela divisão social do trabalho as mulheres de classe média, especialmente as mais jovens, alcançaram maiores e melhores possibilidades de profissionalização, por conseguinte enfrentam menos obstáculos na escolha de suas profissões. (GONÇALVES, 2010).

Nossas entrevistadas⁶ não tiveram tanta facilidade na escolha de suas profissões. Para a maioria delas o Serviço Social não era a primeira alternativa, mas acabou sendo a oportunidade de cursar o nível superior em uma universidade pública. Não obstante, todas afirmam estar satisfeitas com o curso escolhido. Sobre esta fase elas nos contam que:

"Escolhi por eliminação. A princípio queira Psicologia, mas vi que não ia me dar bem nessa área. Daí eu li um pouco sobre Serviço Social e me interessei. Fiz dois vestibulares, passei no segundo. Fazia um cursinho pré-vestibular gratuito, vestibular cidadão." (*Alice, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"Eu nunca pensei em não entrar na universidade até por ter uma mãe que já tinha passado pela universidade. Eu sentia a necessidade de fazer uma universidade pra ser independente e conseguir alguma coisa na vida. Eu escolhi o Serviço Social depois que eu entrei num cursinho pré-vestibular, antes eu tinha feito pré-PAS. Daí eu conheci um professor. Eu queria fazer Psicologia, e eu conversava com ele. Ele é marxista, mas me dava várias ideias de curso... Ai ele me deu a ideia do Serviço Social e por ser noturno, porque eu falava pra ele que queria trabalhar, não queria só fazer a faculdade e tudo. Ai eu deixei Psicologia de lado porque eu já tinha tentado o PAS e não consegui." (*LAURA, 23 anos, branca, mora com a mãe*).

"Sobre o meu ingresso na UnB, eu não tinha tantas expectativas assim. Era basicamente ter um curso superior. E algo que mudasse a minha vida pra melhor. Eu prestei três vestibulares pra UnB. Os dois primeiros foram pra outros cursos, Direito e Ciências Contábeis, e não passei em nenhum. Quando foi na terceira foi pra Serviço Social. Tentei fazer o PAS, não passei, coloquei a opção de Ciências Contábeis na época e não passei. Eu era basicamente muito perdida só queria ter um curso superior. Eu queria só passar porque eu precisava passar. Na minha cabeça eu precisava passar. Não tinha uma ideia muito formada sobre o que eu queria pra minha vida [...] Obviamente quando eu entrei no Serviço Social e só pensava na caridade, e obviamente com a minha formação no decorrer do curso eu fui descobrindo que era muito mais que isso. E obviamente eu me impressionei demais com essa profissão. Hoje eu me identifico demais com ela" (*CAMILA, 24 anos, branca, mora com pais e irmãos*).

"Eu escolhi o curso de Serviço Social na época porque uma professora me indicou. Na verdade eu sabia o que eu queria fazer da vida. Eu tinha um norte. Eu sabia que eu queria trabalhar com pessoas. Eu sabia que eu queria trabalhar em comunidade. Eu sabia que eu queria trabalhar em atendimento. Então, assim, eu sabia o que queria da vida eu só não sabia o curso que eu queria. Então, assim, dentro das possibilidades que eu tinha eu poderia fazer isso dentro da Psicologia o dentro do Direito. Então eu sempre tive muita dúvida entre a Psicologia e o Direito. Daí um dia conversando com uma professora ela me falou que dentro das expectativas que o Serviço Social se enquadrava melhor. Por isso que prestei vestibular pra Serviço Social." (*GABRIELA, 22 anos, branca, mora com os pais e irmãos*).

"Ao terminar o ensino médio tinha bastante expectativa em entrar na UnB, porém não passei no vestibular e percebi que não seria tão fácil assim, escolhi o serviço social porque gostava muito de estudar sociologia, mas não via a ciências sociais como uma área interessante e descobri o serviço social e lá as teorias sociais eram todas colocadas em prática na sociedade. Eu fiz 3 vestibulares, passei no terceiro, e a fase em que eu não passava nunca foi a fase mais difícil." (*LUANA, 23 anos, negra, mora com a mãe, irmão e tia*).

⁶ ALICE, 21 anos, solteira, identifica-se como negra, sem filhos, mora com a mãe e uma irmã. Trabalhava 8 horas diárias, de segunda à sábado. Deixou o emprego. Tem previsão de formatura para 1º/2018.

NATÁLIA: 21 anos, solteira, identifica-se como negra, sem filhos, mora com a mãe e uma irmã. Trabalhava 8 horas diárias, de segunda à sábado. Deixou o emprego. Tem previsão de formatura para 1º/2017.

LAURA: 23 anos, solteira, identifica-se como branca, mora com a mãe. Desempenha estágio não obrigatório e remunerado de 4 horas diárias. Previsão de formatura em 1º/2016.

CAMILA: 24 anos, identifica-se como branca, mora com a mãe, o pai e dois irmãos menores. Servidora pública, trabalha 2 a 3 vezes na semana em plantões de 24 horas. Previsão de formatura em 1º/2017

GABRIELA: 22 anos, solteira, identifica-se como branca, mora com o pais a mães, um irmã de 12 e um irmão de 18 anos. Previsão de formatura em 1º/2016.

LUANA: 23 anos, identifica-se como negra, mora com a mãe, um irmão e uma tia, desenvolveu estágio não obrigatório com jornada de 4 horas diárias. Formou-se em 1º/2015.

As profissões femininas, por sua vez, ainda estão ainda no domínio do cuidado, mas neste caso, são exercidas na esfera do mercado (BILAC, 2014), significando um deslocamento no interior, mas não um rompimento com a divisão sexual do trabalho, conforme tabela 1.

Tabela 1: População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade no Brasil no ano de 2012.

Ramos de atividade econômica	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	93.365	39.695	53.670	100,0	100,0	100,0
Agrícola	13.194	3.893	9.301	14,1	9,8	17,3
Outras atividades industriais	719	92	627	0,8	0,2	1,2
Indústria de transformação	12.386	4.640	7.746	13,3	11,7	14,4
Construção civil	8.179	235	7.944	8,8	0,6	14,8
Comércio e reparação	16.550	6.920	9.630	17,7	17,4	17,9
Alojamento e alimentação	4.439	2.509	1.930	4,8	6,3	3,6
Transporte, armazenagem e comunicação	5.243	673	4.571	5,6	1,7	8,5
Administração Pública	5.176	2.142	3.035	5,5	5,4	5,7
Educação, saúde e serviços sociais	9.093	6.999	2.094	9,7	17,6	3,9
Serviços domésticos	6.307	5.822	485	6,8	14,7	0,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.724	2.388	1.336	4,0	6,0	2,5
Outras atividades	8.285	3.373	4.913	8,9	8,5	9,2
Atividades mal definidas	69	11	58	0,1	0,0	0,1

Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 2014

Da análise da distribuição das ocupações verificamos a extensão do cuidado, atenção, e do trato do com pessoas, para a esfera do mercado de trabalho, reproduzindo a divisão sexual do trabalho da esfera privada para a pública. No geral as atividades ocupadas por mulheres possuem baixa remuneração, alta dedicação, são socialmente desvalorizadas, e precárias quanto à remuneração, espaço físico, carga horária e intensidade, dentre outros fatores.

Segundo Yannoulas (2013), a feminização explica o fenômeno de inclusão de mulheres em certos trabalhos e empregos, a partir da definição dessas profissões como "femininas", ou seja, ocupações relacionadas ao cuidado, que seriam mais bem executadas por mulheres, pois necessitariam de paciência e delicadeza, atributos que fariam parte "natureza" feminina. Para a autora há dois conceitos que permitem analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O primeiro deles a *feminilização*, serve para quantificar a entrada de mulheres em atividades remuneradas, no processo de saída do espaço privado e alcance da esfera pública. O conceito de feminização qualifica o processo esclarecendo porque que as mulheres estão inseridas em certas ocupações, em

quais as condições são criadas e desenvolvidas estas atividades, em diversos aspectos como os níveis de segurança, higiene e precarização desses trabalhos, de forma contextualizada à cultura e ao momento histórico.

Deste modo, a feminização não confronta a feminilização, mas a completa. O conceito de feminização permite identificar o processo histórico de atribuição do âmbito privado, as responsabilidades domésticas e as atividades de cuidado às mulheres dentro do mundo do trabalho, servindo também para explicar o processo de conversão de um número cada vez maior de mulheres em provedoras de suas famílias, o que lhes garantiu independência financeira, no entanto, não retirou a carga de trabalho que já suportavam. Deste modo, o processo de feminilização é explicado pela feminização que expõe a forma como ele ocorreu, tanto em seus aspectos positivos, quanto negativos (YANNOULAS, 2013).

Analisando os dados da educação, as mulheres ocupam proporções superiores às dos homens nos ensino médio e superior (tabela 2). A maior diferença localiza-se entre as pessoas com nível superior completo, com uma proporção de mulheres 25% superior a dos homens. Destaca-se que essa distribuição não é homogênea, havendo diferenças significantes se consideradas a região e a raça das mulheres, cujos níveis mais baixos de instrução se encontravam na região nordeste e entre as mulheres negras. Assim, a proporção de mulheres sem instrução e nível fundamental incompleto era 28,7% maior na região nordeste, se comparada com a da região sudeste, e 34,6% maior entre as mulheres pretas ou pardas em comparação às mulheres brancas.

Tabela 2 - Distribuição percentual da população de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas – 2010

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Distribuição percentual da população de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução (%)							
	Mulheres				Homens			
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Brasil	47,8	14,4	25,0	12,5	50,8	14,9	24,1	9,9
Norte	49,9	14,0	26,7	9,1	57,2	14,0	22,4	6,1
Nordeste	56,0	12,2	23,3	8,4	62,3	11,9	20,0	5,6
Sudeste	43,5	15,4	26,1	14,6	44,0	16,3	26,7	12,6
Sul	47,6	15,3	23,3	13,5	48,3	16,7	24,2	10,6
Centro-Oeste	44,1	14,5	26,2	14,9	49,5	15,0	23,9	11,3
Situação do domicílio								
Urbana	43,5	15,0	27,2	14,0	45,0	16,0	27,2	11,6
Rural	77,3	10,1	10,0	2,5	81,7	9,4	7,6	1,2
Cor ou raça								
Branca	41,0	14,3	26,7	17,7	42,4	15,1	26,9	15,3
Preta ou parda	55,2	14,5	23,2	6,7	59,0	14,8	21,4	4,5

Fonte: Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.

Entretanto, a despeito de as mulheres possuírem nível de instrução superior ao dos homens, ocupando proporções maiores em todos os níveis educacionais, somado ao fato de o Brasil ter ratificado, em 25 de abril de 1957, a Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que determina a “igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor”, os resultados no mercado não as favorecem. Como mostram os dados da tabela 3 as áreas gerais de formação nas quais as mulheres são maioria, ou seja, Educação (83,0%) Humanidades e Artes (74,2%) e Saúde e bem-estar social (68,1%) são exatamente aquelas com menores rendimentos. Somado a isto, o rendimento das mulheres é menor em todas as áreas gerais, mesmo naquelas onde a proporção de mulheres e homens é equivalente, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebem somente 66,3% do rendimento dos homens. No quadro geral, os rendimentos médios atingidos pelas mulheres são pelo menos 21,5% inferior ao dos homens.

Tabela 3 - Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade - Brasil - 2010

Áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade	Rendimento médio no trabalho principal (R\$) (1)			Razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (1)	Total de pessoas	Proporção de mulheres
	Total	Sexo				
		Homens	Mulheres			
Educação	1 810,5	2 340,7	1 687,4	72,1	2 429 763	83,0
Humanidades e artes	2 223,9	2 629,9	2 064,3	78,5	894 700	74,2
Ciências sociais, negócios e direito	3 912,1	4 650,9	3 081,4	66,3	4 495 191	49,4
Ciências, matemática e computação	3 038,6	3 578,2	2 339,6	65,4	839 887	47,0
Engenharia, produção e construção	5 565,1	5 985,6	3 976,1	66,4	859 659	21,9
Agricultura e veterinária	4 310,6	4 756,2	2 972,0	62,5	202 332	27,4
Saúde e bem estar social	3 774,3	5 341,7	2 972,2	55,6	1 441 648	68,1
Serviços	3 067,0	4 078,0	2 171,2	53,2	217 755	54,8

Fonte: Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.

(1) Pessoas ocupadas na semana de referência, excluindo as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Com o ingresso das mulheres na esfera produtiva a reprodução foi fragmentada em diferentes instâncias como creches, escolas e etc., mas os resultados deste processo ainda são limitados, fazendo com que a responsabilidade pela reprodução

cotidiana permaneça como encargo da família, ou seja, sobre as mulheres (BILAC, 2014). Neste contexto, para as mulheres das classes médias a conjugação entre seus papéis foi viabilizada, em grande parte pela externalização das atividades domésticas com o uso do "modelo de delegação", geralmente, por meio de empregadas domésticas. Este tipo de ocupação traz consigo muitas contradições: primeiro por ser capaz de amortecer os possíveis conflitos ocasionados pela ausência da mulher empregadora, mas historicamente se configurou como uma forma de trabalho superexplorado, desregulado e precário de mulheres, que sem melhores oportunidades, também necessitavam trabalhar para garantir sua independência e, principalmente, o sustento de suas próprias famílias. (HIRATA e KERGOAT, 2007). Para as mulheres de estratos sociais mais baixos a delegação envolve principalmente o cuidado com as crianças, por meio da ajuda de vizinhos, avós, a filha mais velha, ou na falta de opções, em deixar as crianças sozinhas cuidando de si e da casa.

No caso das entrevistadas nenhuma das famílias contava com o auxílio de empregada doméstica ou diaristas, sendo elas mesmas as responsáveis pelos afazeres domésticos. CAMILA acumulava ainda a tarefa de cuidar dos irmãos menores, levando pra escola, às consultas médicas e etc.

Para estas mulheres as relações produtivas se modificaram, mas elas permanecem atadas às funções domésticas, onde a mulher é responsável pela casa e pela educação dos filhos, e ao homem cabe o papel de chefe da família, provedor do sustento, portanto, o portador da autoridade dentro da família. Enquanto "ideal" este modelo de relações sociais permanece se reproduzindo, e o fato da mulher "trabalhar fora" não a dispensa de suas responsabilidades domésticas, o que perpetua as desigualdades de gênero.

Deste modo, na análise das relações entre gênero, trabalho e classe em nosso país, verifica-se que a feminização do mercado de trabalho nas últimas décadas não teve o mesmo significado para todas as mulheres. Nas camadas mais pobres, sem acesso à educação de nível médio e superior, o trabalho feminino se mantém- como no passado- majoritariamente em ocupações de pouco prestígio e com jornadas exaustivas.

O trabalho remunerado, ainda que de forma precarizada (em quatro dos seis casos), propiciou uma forma de emancipação das mulheres, ao permitir que elas não dependessem de suas famílias. Do relato LAURA, que desenvolve estágio não obrigatório remunerado, destaca-se o significado do trabalho ainda como uma

necessidade, mas não atrelada à sobrevivência, pois esta é suprida por sua mãe. Para ela trabalhar é sim uma necessidade, mas se vincula ao domínio de sua vida, a ter autonomia financeira para decidir seus assuntos e usar seu dinheiro como lhe aprouver. Trabalhar significa uma autoafirmação de liberdade, de independência que se sobressai na afirmação: "não precisar pedir dinheiro pra minha mãe".

"No cursinho [...] tinha um professor [...] aí ele me deu a ideia de Serviço Social, e por ser noturno, porque eu falava pra ele que queria trabalhar, não queria só fazer a faculdade [...]. Logo que eu entrei na UnB, no Serviço Social noturno, eu pensei em fazer um estágio, mas aí eu descobri que no Serviço Social da UnB o estágio só depois do 5º semestre. Mas também fiquei com muito medo de começar a trabalhar oito horas e não dar conta da faculdade. Era uma coisa que eu não queria atrasar. Por eu já ter atrasado um ano da minha vida antigamente e tudo. Então, quando eu consegui estágio, eu fiz estágio não obrigatório numa ONG, e depois eu consegui esse estágio que eu faço agora no TJ [...] São 20 horas semanais. Eu acho que é um trabalho muito pesado. Lá é uma vara muito complicada. É mão de obra barata mesmo de estudante. [...] Eu tenho necessidade pra não precisar pedir dinheiro pra minha mãe e pra poder ajudar nas contas de casa, mas não é aquela coisa "há se eu parar de trabalhar eu vou morrer de fome". Mas eu preciso ter dinheiro pra ajudar em casa. Contas de luxo ou contas de comida às vezes, contas de gasolina. Hoje por eu estar trabalhando e me formando ela me cobra que se eu sair do trabalho vai ser complicado. Então sinto a necessidade de se eu sair do estágio, em algum momento, já começo a trabalhar." (LAURA, 23 anos, branca, mora com a mãe).

Um ponto a ser destacado é o caráter diferencial do estágio remunerado na área de formação do estudante em relação a outras formas de trabalho em que estão/estiveram inseridas as entrevistadas. O estágio, embora não esteja isento das contradições presentes no mercado de trabalho – como o desvio presente na atribuição de competências e responsabilidades de um profissional a um estudante, onde, nas palavras de LAURA, os estagiários são "mão de obra barata"⁷ – ainda assim é um espaço de formação que permite ao estudante adquirir conhecimentos que serão úteis para o exercício profissional no futuro. Neste caso, o tempo gasto é duplamente aproveitado, primeiro porque é remunerado, e segundo porque de alguma forma qualifica a formação.

Para as mulheres com renda mais baixa o trabalho, além da independência, representa uma resposta à necessidade de contribuir para constituição da renda, um reforço para a garantia da sobrevivência material da família:

"Trabalhava de seis a oito horas diárias, de segunda a sábado. Não foi uma opção, minha irmã estava desempregada e doente e minha mãe precisava ficar em casa para cuidar dela. Aí eu tive que trabalhar... Parei porque meu pai faleceu aí eu passei a receber pensão por

⁷ Contradições e desvios de finalidade, bem como e outras questões no que tange ao papel e aos processos de mediação teórico-prática do estágio na formação em Serviço Social são objeto de atenção pela Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

morte. Aí minha mãe optou por eu só estudar." (ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta).

"Eu estava trabalhando mais ou menos entre o 2º e o 3º semestre. Foi o período que eu passei trabalhando e era bem foda... Eu entrava às oito e como eu tinha que vir pra cá [UnB] eu saía às quatro. Era corrido, tinha uma hora pra almoçar. E vinha pra UnB ter aula à noite e no outro dia tinha que tá lá às 08h da manhã. Era de segunda a sexta. Era muito pouco tempo pra estudar. Era bem corrido. Muito foda. Na época a gente tava precisando. A gente tava se mudando, a gente morava numa casinha que não pagava aluguel. Aí a gente teve que se mudar. Foi nessa fase que eu precisei trabalhar. Ai eu não recebia nenhuma bolsa permanência nem nada. Enfim." (NATÁLIA, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta).

"Eu comecei a trabalhar como terceirizada na Ctis no Callcenter pra Caixa Econômica. Então quando entrei na Universidade eu trabalhava como terceirizada no Callcenter. Trabalhava seis horas por dia de segunda à sábado. Assim foi uma fase bem ruim da minha vida. Eu não ajudo na renda familiar da minha casa, mas em compensação meus pais não me ajudam. Então, tipo assim, eu é que mantenho me na Universidade, então eu é que pago todas as minhas despesas. Eu é que mantenho as despesas do dia-a-dia que a gente tem com roupa e de higiene. Isso desde que eu comecei a trabalhar, desde os 15 anos de idade eu acho. [...] Não cheguei a sair do fluxo não, porque isso tá previsto dentro do curso, eu não cheguei a sair do fluxo. Se eu pudesse, se eu tivesse condições de manter, sem dúvidas eu optaria por não trabalhar. Trabalhar não é uma escolha porque é legal, é simplesmente porque a gente tem que se manter." (GABRIELA, 22 anos, branca, mora com pais e irmãos).

Nenhuma das entrevistadas tem filhos, o que converge com a análise dos dados da PNAD 2013 (tabela 4), pelos quais verificamos uma forte influência da maternidade sobre os estudos, principalmente entre as mulheres mais jovens. Entre as mulheres de 18 a 24 anos de idade que não tinham filho 41,5% ainda estudavam, 12,7% não estudavam e não concluíram o ensino médio, 45,8% não estudavam, mas já tinham pelo menos o ensino médio completo. Entre as mulheres da mesma faixa de idade que já tinham filho apenas 11,2% estudavam, 54,0% não estudavam e não concluíram o ensino médio, 34,8% não estudavam, mas já tinham pelo menos o ensino médio completo. No grupo 25 a 29 anos de idade, a proporção daquelas que estudavam e das que não estudavam, mas já haviam concluído pelo menos o ensino médio era maior entre as que não tinham filhos.

Por outro lado, a proporção de mulheres entre 45 e 49 anos, que não tiveram filhos foi de 8,2% para as que estudaram menos de oito anos e de 15,1% para as mais escolarizadas. Assim, nota-se que as mulheres com maior escolaridade adiam mais a maternidade e, ao final do período reprodutivo, maior proporção permanece sem filhos.

Tabela 4 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo a frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado - Brasil – 2013

Frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filho nascido vivo (%)							
	Total		15 a 17 anos de idade		18 a 24 anos de idade		25 a 29 anos de idade	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda	51,2	10,0	88,4	28,4	41,5	11,2	18,2	7,8
Não estuda, nível de ensino alcançado até médio incompleto	11,2	48,2	8,6	69,2	12,7	54,0	11,8	42,6
Não estuda, nível de ensino alcançado médio completo ou mais	37,6	41,8	3,0	2,5	45,8	34,8	70,1	49,6

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - 2014

3.3 – Educação Superior: Uma porta para uma vida melhor?

A tripla jornada é um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas, num mundo globalizado onde urgem os imperativos de qualificação profissional e busca por cargos e posições cada vez mais elevadas. A mulher, assim, vê-se dividida entre muitas necessidades e responsabilidades para com sua família e o grupo social do qual faz parte.

Segundo Pochmann (2004), o Brasil tem conhecido nas últimas décadas significativo aumento no nível de escolarização e da expectativa de vida ao nascer, isto se dá pelo aumento da tecnologia, investigação e novidades na área da saúde. Neste contexto, o potencial transformador da educação não se concretizou. A elevação no tempo de escolaridade significou, na verdade, desperdício e desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade, o que força parcela da população a buscar qualificar-se cada vez mais para alcançar os melhores postos de trabalho. O autor aponta ainda que, segundo a PNAD⁸ 2001, somente metade da

⁸ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

população juvenil estudava, sendo que a maior parte estava fora do nível escolar correspondente à faixa etária. A maior parte dos que não estudavam era composta por jovens que trabalhavam.

Os dados da PNAD 2013 demonstram que, na semana de referência somente 15,1% dos jovens de 18 a 24 somente estudavam, 14,9% estudavam e trabalhavam, 24% não estudavam nem trabalhavam, e 46% somente trabalhavam, sendo que dos que estavam estudando apenas 55% estavam no ensino superior, nível considerado adequado para a faixa etária. Entre os anos de 2004 e 2013, observou-se um aumento na proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentava o ensino superior, passando de 10,4%, em 2004, para 16,3%, em 2013.

Analisando o mesmo tema, Barreiro e Terribili Filho (2007) apontam que a educação superior, diferente da educação básica formadora de mão de obra treinada, tem o caráter de investigação e domínio da produção intelectual, assim, tem papel fundamental no mundo globalizado. Os autores lembram ainda que apesar dos 200 anos de história do ensino superior brasileiro os cursos noturnos começaram a ser implantados somente a partir dos anos de 1960, em decorrência de políticas de democratização do ensino superior resultantes da reivindicação de estudantes excedentes, oriundos de classes menos favorecidas, por vagas em cursos superiores. Inverte-se a partir daí a lógica de “estudar para trabalhar”, que passa ser “trabalhar para poder estudar”, uma vez que a realidade dos fatos e condições econômicas pressiona os jovens tanto para entrarem cada vez mais cedo no mercado de trabalho quanto a permanecerem mais tempo estudando, o que fez com que atualmente o maior número de vagas ofertadas no ensino superior seja no período noturno, conforme dados levantados do censo da educação superior de 2012 – INEP⁹. Assim, a situação do estudante-trabalhador e principalmente do trabalhador-estudante não é tão recente, a "novidade é que este padrão tem viabilizado a expansão do ensino superior, na escala a que assistimos, dada a prevalência do ensino pago e a cobertura ainda muito insuficiente das políticas de subsídio e inclusão." (COMIN e BARBOSA, 2011).

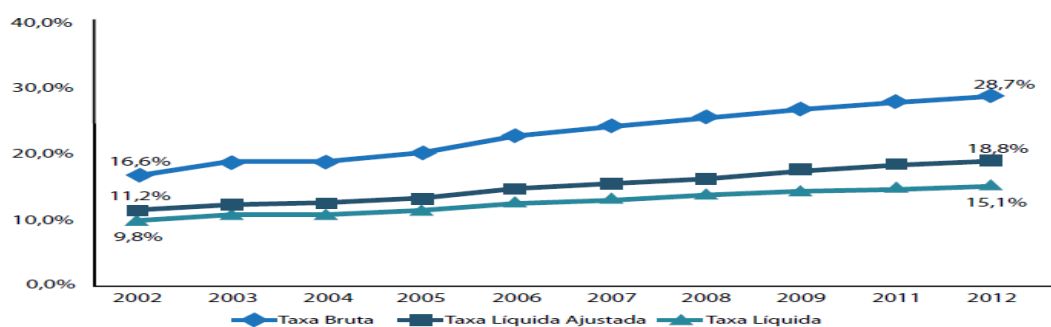
Ainda analisando os dados de 2001 do Inep Barreiro e Terribili Filho (2007) assinalam que o recorte de classe é muito relevante quando falamos em tempo de escolaridade, pois verificaram que entre os alunos com menor renda a defasagem entre o número de alunos que ingressam em cursos superiores e os que concluem é significativa.

⁹ Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira - Inep

Por isto, mais que democratizar o acesso é preciso garantir a permanência e conclusão destes alunos em cursos de qualidade. Da mesma forma Raitz e Petters (2008) apontam para a necessidade de se estudar este jovem que trabalha e estuda nas relações que estabelecem com o trabalho, o estudo e a família para compreender seus desafios, e partir daí propor políticas que minimizem os problemas enfrentados em sua inserção no mundo do trabalho e da educação.

O país assistiu ao crescimento expressivo do número de vagas no ensino superior a partir da década de 1990, que vinha praticamente estagnado desde a década de 1970. A ampliação se deu principalmente entre as instituições privadas, num processo que Sguissardi (2008, p. 999) chama de "expansão pela via da privatização". O que ele constatou pela comparação entre o crescimento das IES no período de 1994 a 2006, onde as privadas aparecem com 219,4% contra apenas 13,7% das públicas. Também houve crescimento das matrículas, de 275% nas IES privadas e 75% nas públicas. No gráfico 1 podemos observar a evolução das matrículas no decênio 2002-2012, onde observa-se que uma tendência de elevação das três taxas¹⁰ está presente desde 2002, sendo que em 2012, o percentual de pessoas frequentando a educação superior compreende quase 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, e em torno de 15% encontra-se na idade teoricamente apropriada para cursar esse nível de ensino.

Gráfico 1 – Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior – Brasil – 2002-2012



INEP/MEC. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012.

¹⁰ Na PNAD é possível calcular três taxas principais para a análise sociodemográfica e populacional do país no âmbito da educação superior: a **Taxa Bruta de Escolarização na Educação Superior** – Percentual de pessoas que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos. A **Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior** – Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos e a **Taxa Líquida Ajustada de Escolarização na Educação Superior** – Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior ou já concluíram um curso de graduação em relação à população de 18 a 24 anos. (Inep, 2012).

Este processo de "mercadorização" do ensino superior vem na esteira do neoliberalismo reinante no período, que preconiza a redução das esferas de atuação e a prestação de serviços pelo Estado, dentre eles a educação. Neste contexto foi ditado, em 1994, o documento Higher education: the lessons of experience (Educação Superior: as lições da experiência) que afirmava que as instituições de pesquisa eram inadequadas aos países subdesenvolvidos, os quais deveriam priorizar as instituições de ensino. (SGUISSARDI, 2008). Esta condução da política de educação, a partir de um modelo de expansão em que predomina a ótica privada/mercantil beneficia o mercado de múltiplas maneiras, pois se de um lado permite a exploração e a mercadorização do direito à educação, por outro promove a reprodução da força de trabalho com a formação de trabalhadores mais qualificados (ou adestrados) para o mercado de trabalho, o que por sua vez, no longo prazo se refletiria em melhores condições para o desenvolvimento nacional.

Neste quadro político-ideológico o modelo de expansão do ensino superior se volta, no começo dos anos 2000, para o discurso da "democratização" do acesso. Assim, o PNE¹¹ 2001-2010 previu a oferta do nível superior para pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos, com a criação de políticas de inclusão de pessoas de baixa renda (que se deu principalmente no setor privado com o Prouni¹²), o desenvolvimento de ações afirmativas, e a expansão de vagas no setor público com o Reuni, que estabelece no parágrafo 2º do Decreto nº 6096/2007, como sua primeira diretriz a “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno”. Essa última prescrição está ligada a apreensão da defasagem da oferta de vagas em cursos noturnos nas IFES¹³. Esta defasagem é ainda marcante em 2012. Analisando a tabela 5 verifica-se que nas instituições privadas, a maioria das matrículas concentra-se em cursos noturnos (73,2%). Na rede federal ocorre o contrário, onde cerca de 70% dos estudantes estão matriculados em cursos diurnos:

¹¹ Plano Nacional de Educação - PNE

¹² Programa Universidade Para Todos - Prouni

¹³ Instituições Federais de Ensino - IFES

Tabela 5 – Número de Matrículas, Ingressos por Processo Seletivo e Concluintes de Graduação, por Turno, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2012

Ano	Categoria Administrativa	Matrículas		Ingressos por Processo Seletivo		Concluintes	
		Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
2012	Total	2.185.259	3.738.579	670.310	1.300.082	289.934	586.157
	Federal	687.684	297.518	183.513	93.988	71.850	24.420
	Estadual	328.207	232.298	83.888	56.287	45.351	33.138
	Municipal	39.789	130.256	9.583	34.838	6.259	21.376
	Privada	1.129.579	3.078.507	393.326	1.114.969	166.474	507.223

INEP/MEC. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012.

O PNE 2011-2020, por sua meta 12, pretende “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos”. A redação deste PNE foi antecedida e balizada pela Conferência Nacional da Educação – CONAE em abril de 2010, que destacou a situação de desigualdades do ensino superior:

[...] observa-se que esse nível de ensino continua elitista e excludente. A expansão ocorrida na última década não foi capaz de democratizar efetivamente esse nível de ensino. É necessário, portanto, democratizar o acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade [...]

O acesso e a permanência desses segmentos à educação superior implicam políticas públicas de inclusão social dos/ das estudantes trabalhadores/as, plano nacional de assistência estudantil para estudantes de baixa renda, a exemplo das bolsas-permanência e do apoio financeiro para o transporte, residência, saúde e acesso a livros e mídia em geral (BRASIL/MEC/CONAE, 2010).

Está conformada, assim, uma nova perspectiva para o modelo de expansão da educação superior em nosso país, qual seja o atendimento de camadas mais pobres da população, com a criação de oportunidades para que os jovens de classe baixa, incluindo os que estudam e trabalham, os filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas, para que tenham acesso à educação superior. Este conceito e a estratégia adotada pela política educacional para democratização do ensino superior é

passível e tem sido alvo de diferentes análises e críticas. No nosso ponto questionamos sobre as condições de permanência do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante.

Foracchi (1977, p. 51) nos explica a distinção entre a situação do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante:

O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos. O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas características peculiares. Trabalho parcial: acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial. O estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante: não estamos mais em presença de um mero intervalo que possibilita, como numa fuga, a realização de determinada atividade. Estamos diante de um intervalo amplo que marca, porque separa em tempos sociais distintos, o trabalho e o estudo.

A situação do trabalhador-estudante apresenta-se ainda mais complexa:

Diversa é a situação do trabalhador que estuda pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo. O estudo aparece como contingência. O trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, a necessidade de trabalhar colocava o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso. Isso não significa que ele seja abandonado mas, simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta. A acomodação entre estudo e trabalho raramente redundava numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação. (idem)

Feita esta explicação ressaltamos que quando nos referimos, neste texto, a estudantes trabalhadores estamos falando tanto do estudante-trabalhador quanto do trabalhador-estudante, pois consideramos que, resguardadas as especificidades do seu momento atual e no que tange às perspectivas de vida e futuro, ambos procuram na educação uma possibilidade de vida melhor. Assim, os jovens no país se veem estimulados a ingressar na educação superior, pois a vislumbram como uma porta para um futuro profissional e melhores condições de inserção no mercado de trabalho, porquanto são impulsionados pelo discurso e pela política educacional que supostamente amparam seus projetos, tanto sob a ótica da redução das desigualdades sociais, quanto pela democratização da educação superior.

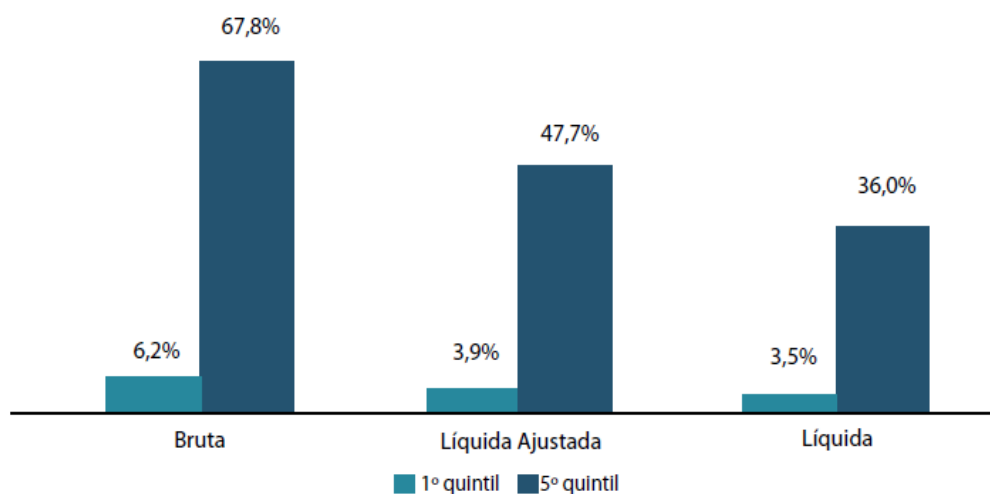
Entretanto, mesmo sendo público-alvo do modelo de expansão do ensino superior, o estudante trabalhador é negligenciado pelo conjunto da legislação brasileira, o que invisibiliza a condição desigual, os desafios, obstáculos e as particularidades do estudante trabalhador. Como exemplo, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que no inciso V do art. 208, que trata do dever do Estado com a educação prescreve "que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, se dará **segundo a capacidade de cada um**" (grifo nosso).

Esse conceito de capacidade é muito questionável e traz consigo uma imensa crueldade, pois a tão falada meritocracia, que pautada em atributos e qualidades individuais, premiaria os mais bem preparados, evitando injustiças e apadrinhamentos, na verdade a análise da realidade mostra que em nosso país é mais digno falarmos em condições, uma vez que o acesso aos níveis mais elevados do ensino se dá, majoritariamente, em função da capacidade econômica do estudante.

Neste caminho Vargas e Paula (2013) destacam que está amplamente documentada a correlação entre a situação socioeconômica e a escolarização, sendo que desde o relatório Coleman (1966) sabe-se que o componente socioeconômico é o que determina em maior grau o desempenho escolar dos estudantes. As autoras destacam ainda, com dados da Fonaprace (2011) "que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que 'não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito'. São pessoas que vivem em situações adversas tais como não possuir geladeira e fogão no domicílio, e possuem rendimento domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos".

Uma inclusão efetiva destes milhões de estudantes exige mais do que a gratuidade, pois somente estes - e não são poucos – são os possíveis beneficiários da Assistência Estudantil, da forma limitada e excludente que ela é concebida atualmente, o que enseja necessárias reflexões a respeito da relevância, do alcance e dos limites desta política. Desta forma, cabe aos governos apoiar a permanência dos estudantes, por meio de medidas que garantam os recursos necessários a este fim, tais como bolsas (de estudos, monitoria, extensão, pesquisa e etc.), auxílio moradia, alimentação, transporte, restaurantes universitários subsidiados, moradia estudantil, e outras formas que viabilizem sua permanência na educação superior. Essa desigualdade no acesso e realização deste nível de ensino é demonstrada no gráfico 2, onde se observa que a taxa de escolarização bruta do quinto mais rico excede em mais de 10 vezes a taxa bruta do quinto de renda mais baixa.

Gráfico 2 – Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo o Quintil de Renda – Brasil – 2012



Fonte: INEP/MEC. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012.

Neste contexto, a desatenção e desproteção ao estudante trabalhador se expressa num quadro de "sobrevivência do mais apto", um verdadeiro darwinismo social no interior da universidade, o que gera elevadas taxas de evasão. (VARGAS e PAULA, 2013. Para as autoras as obrigações acadêmicas não podem ser banalizadas, assim, o esforço pessoal é importante. No entanto, "grande parte das dificuldades e mesmo do insucesso escolar de nossos alunos recaem sobre a dificuldade de conciliação entre estudo e trabalho". Por isto a importância de políticas que busquem equacionar a questão, viabilizando ao estudante trabalhador a conciliação entre estudo e trabalho.

Nunes, Martignoni e Carvalho (2004) ao relacionarem a renda com o trabalho dos estudantes de cursos superiores apontam que os alunos com renda mais baixa trabalham, ao passo os de rendas mais altas independem da participação do estudante, o que os deixa totalmente livres para estudar, dado seu contexto economicamente privilegiado. Este fenômeno é contraditório, pois o fato de trabalhar não os exime trabalhadores da situação de baixa renda, ao mesmo tempo em que compromete seus estudos.

Neste sentido, Vargas e Paula (2013), com base em dados da Fonaprace (2011), afirmam, considerando que em 2010 do total de estudantes das IFES, 37,63% dos estudantes trabalhavam, somado ao fato de que 30,4% dos estudantes são de classes C, D e E, sendo estes os que mais desenvolvem atividades não acadêmicas remuneradas, a hipótese de que o trabalho interfere nos estudos é perfeitamente razoável. Com os

mesmo dados destacam ainda que mais da metade (52,5%) dos estudantes do noturno são das classes C, D e E, enquanto as classes A e B são maioria no matutino (57,9%) e também no integral (65,3%). Deste modo, a condição de trabalhador limita o horário em que se pode estudar, pois para quem trabalha 40 horas a única opção é o noturno, se trabalhar entre 20 e 40 horas, o provável horário comercial de seu trabalho fará com que também só tenha a noite pra estudar. Somente quem trabalha até 20 horas tem melhor possibilidade de escolher o turno para estudar.

A realidade de nossas entrevistadas também vai neste sentido, para elas estudar à noite era uma opção que permitia a possibilidade de assumir um trabalho remunerado, quando necessário. ALICE, NATÁLIA e GABRIELA já não estão trabalhando, não por coincidência, as três estavam inseridas em formas mais precarizadas de trabalho, com maior potencial de nocivo à dedicação e ao desempenho acadêmico. As três acordavam muito cedo para ir trabalhar e assistiam às aulas no período da noite, restando pouco tempo para dedicar-se aos estudos e à vida pessoal. ALICE trabalhava oito horas diárias, seis dias por semana; NATÁLIA e GABRIELA trabalhavam seis horas diárias, seis dias por semana.

Por fim, contemplando a pergunta inicial deste tópico Comin e Barbosa (2011) ao analisarem a evolução da estrutura ocupacional brasileira, verificaram que em todos os grandes grupos ocupacionais a taxa crescimento dos graduados é superior à taxa de aumento da própria ocupação. Entretanto, o crescimento dos graduados e dos estudantes não reflete necessariamente as demandas do mercado, mas estratégias diversas de inserção e evolução profissional. Para os autores, possuir um diploma de nível superior ainda está associado a significativos prêmios salariais¹⁴. Por outro lado, estes prêmios estão em declínio na última década, no entanto, esta redução nos prêmios se relaciona muito mais à qualidade do desenvolvimento da economia (com o aumento na oferta de baixos salários) do que a um excesso de profissionais qualificados no mercado.

Deste modo, se para as pessoas o diploma de nível superior significa oportunidade de mobilidade social, com carreiras profissionais mais favoráveis, realização pessoal, segurança, status e direitos sociais, a concretização deste projeto não

¹⁴ Para cada grau de escolaridade completo há um "prêmio salarial". Operacionalmente, o prêmio salarial pela graduação pode ser definido como a diferença percentual entre a renda dos indivíduos com ensino superior e a dos que possuem apenas o ensino médio, dentro de um mesmo grupo ocupacional.

é automática, depende além do tempo e dedicação empreendidos na qualificação, principalmente, da qualidade do desenvolvimento econômico. GABRIELA ainda sequer se formou e já está consciente de que uma boa colocação profissional não é espontânea, havendo ainda desafios a serem enfrentados após a conclusão da graduação para a construção de uma carreira satisfatória no contexto de precarização das condições de trabalho e renda da classe trabalhadora:

"Normalmente é aquele incentivo do tipo que a partir do momento que você cursa a Universidade sua vida acaba que existe uma possibilidade maior de você mudar de vida. Só que depois que a gente entra na Universidade a gente se questiona um pouco sobre isso. Acho que até depois de formado. Eu não diria que foram frustradas as minhas expectativas, mas que eu pude enxergar na totalidade o que é a formação em nível superior de graduação hoje no Brasil. Que infelizmente não é uma graduação superior que vai garantir um emprego ou um crescimento mesmo econômico, social." (GABRIELA, 22 anos, branca, mora com pais e irmãs).

3.4 - O trabalho doméstico e o cuidado com a família: ainda "coisas de mulher"

A família, que supostamente se apresenta como o ambiente natural e pacífico de convivência dos indivíduos, constitui-se espaço de exploração do trabalho realizado pelas mulheres, qual seja, o trabalho de reprodução social - onde estão inseridos o trabalho doméstico e o cuidado – necessário à sobrevivência, pois provê suas bases materiais por meio da preparação dos alimentos, limpeza e cuidado com as pessoas. Entretanto, a despeito de sua relevância, por não possuir valor de troca (tendo valor de uso apenas) é visto como um não-trabalho, sendo, portanto improdutivo, não remunerado, reconhecido, ou valorizado. Sobre isto Bilac (2014) comenta que a conclusão sobre a improdutividade do trabalho doméstico não é satisfatória, podendo ser questionada com base nas evidências do "gasto de tempo e de energia, da aplicação das capacidades físicas, mentais e emocionais na produção da vida e do viver" (Idem, p. 130). Deste modo, a perpetuação da subordinação desqualificadora do trabalho doméstico e demais atividades reprodutoras da vida ao trabalho remunerado tornou-se analiticamente insustentável. Para a autora aquela visão acabou por ser superada, em parte, pelos esforços teóricos de feministas francesas que durante a década de 1980 repensaram o trabalho e sua divisão sexual propondo o conceito de relações sociais de sexo.

O cuidado é considerado um atributo feminino, pois historicamente às mulheres compete a responsabilidade de organizar a casa e cuidar da família, assim, "seja em casa, nos hospitais ou nas escolas, as mulheres cuidam. Desde a infância até se tornarem idosas, as mulheres cuidam de crianças, idosos, deficientes e mesmo de homens adultos. A existência social feminina se realiza a medida que elas cuidam" (MARCONDES, 2013, p. 251).

Sobre a natureza do cuidado nos explica Marcondes (2013, p. 258):

[...] entendemos o cuidado como uma prática social que, ancorada na divisão sexual do trabalho tem como objetivo atender às necessidades humanas concretas, mas também emocionais e psicológicas, pressupondo a interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado e uma relação de interdependência. Trata-se de um trabalho essencial para a reprodução social da vida humana.

Na atualidade os dados RASEAM¹⁵ 2014 demonstram que ainda há muitos obstáculos para a aquisição da plena autonomia econômica das mulheres. Este processo passa pela qualificação de sua inserção no mercado de trabalho e rendimentos, e pela repartição mais equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado. Segundo o relatório, em 2012 a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bem inferior à dos homens (86,2%). As desigualdades de raça ou cor também eram significantes, pelas quais as menores taxas foram verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%).

O relatório aponta ainda que o peso dos afazeres domésticos e de cuidado, inseridos o âmbito da divisão sexual do trabalho, inibe o ingresso e permanência no mercado de trabalho, bem como o crescimento profissional das mulheres. Por estes motivos, a oferta de vagas em creches é um fator relevante para autonomia econômica das mulheres. Sobre este indicador, em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhos de 0 a 3 anos tinham todos esses filhos em creches. No entanto, há grandes disparidades entre as regiões, sendo que a variava em, 2012, de 7,3% na Região Norte a 29% na Região Sul. (RESEAM, 2014).

É muito relevante a disparidade entre o envolvimento de homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos. São elas as responsáveis pela realização destas atividades, com participação de 67,2% do total de pessoas maiores de 18 anos que realizam afazeres domésticos (mais que o dobro do total de homens), constando como

¹⁵ Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM

maioria neste quesito também entre as pessoas ocupadas, representado 58,1% das pessoas acumulam essa responsabilidade com o exercício de atividade remunerada, conforme tabela:

Tabela 6 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil – 2012

Grandes Regiões	Total			Ocupadas		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	102.620	67,2	32,8	61.135	58,1	41,9
Norte	8.080	64,7	35,3	4.878	54,4	45,6
Nordeste	26.223	70,8	29,2	14.349	60,5	39,5
Sudeste	44.389	67,0	33,0	26.494	58,5	41,5
Sul	16.293	63,2	36,8	10.612	55,7	44,3
Centro-Oeste	7.635	66,2	33,8	4.802	57,9	42,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

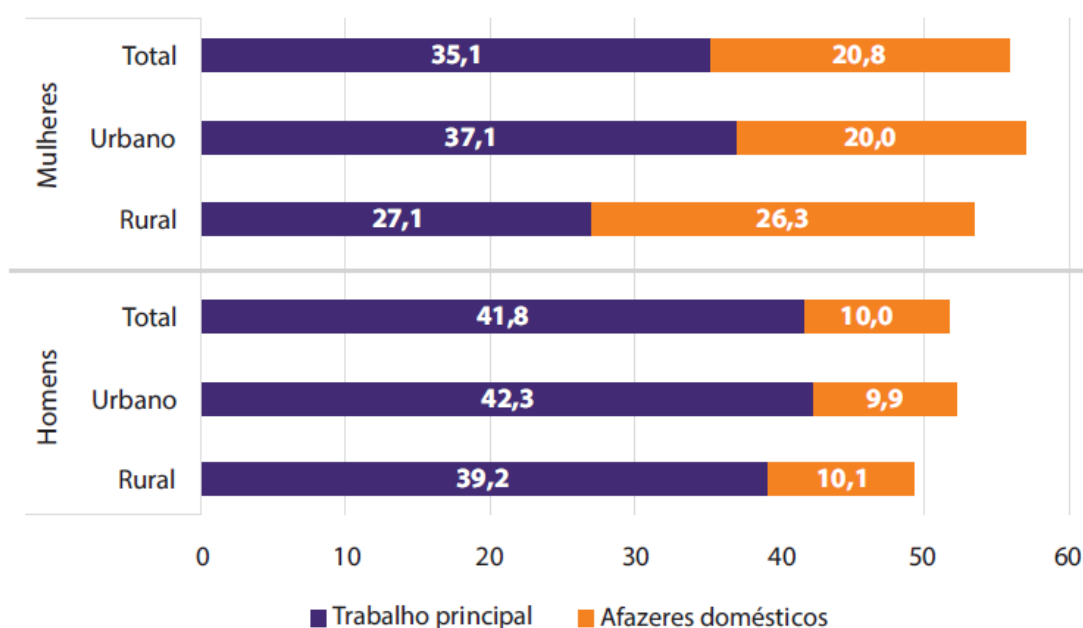
Confrontando a divisão sexual do trabalho com o uso do tempo, observa-se que a jornada total das mulheres, computados o tempo dedicado ao trabalho principal (mais de 35 horas semanais) e os afazeres domésticos (cerca de 21 horas semanais), era superior à jornada total dos homens (cerca de 42 horas dedicadas ao trabalho principal e 10 horas aos afazeres domésticos), conforme detalha o gráfico 3. As mulheres rurais eram as que recebiam menor remuneração pelo trabalho, como também as que dedicavam mais horas semanais aos afazeres domésticos (cerca de 26 horas), mais do as mulheres urbanas (20 horas). Deste modo, tanto as mulheres rurais quanto as urbanas possuem, na média, jornadas semanais totais maiores que as dos homens. Sendo assim, estes dados demonstram que ainda não há equidade no compartilhamento de tarefas domésticas entre homens e mulheres, conforme tabela 7.

Tabela 7 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Média de horas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	38,3	35,7	41,8	16,3	20,8	10,0	54,5	56,5	51,8
Norte	36,5	33,1	40,5	16,6	21,8	10,5	53,1	54,9	51,0
Nordeste	35,1	32,4	39,3	18,3	23,2	10,6	53,4	55,6	50,0
Sudeste	39,6	37,3	42,8	15,8	20,0	9,9	55,4	57,3	52,7
Sul	39,5	36,8	42,8	15,2	19,9	9,3	54,7	56,7	52,1
Centro-Oeste	39,6	37,1	43,0	15,0	19,1	9,3	54,6	56,2	52,3

Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 2014 com dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Gráfico 3 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Como vimos anteriormente, as famílias passaram por transformações com o passar do tempo após a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e ainda mais sob a égide da acumulação flexível (YANNOULAS, 2013). O número de filhos vem diminuindo continuamente, ao passo em que surgiram diferentes modelos de família, como casais de dupla renda, muitos deles sem filhos, famílias onde as mulheres são a pessoa de referência - mesmo com a presença de um companheiro, e ainda famílias monoparentais chefiadas e mantidas somente pelas mães. (BILAC, 2014).

Este é o caso das nossas estudantes, cujas configurações familiares refletem a heterogeneidade dos arranjos encontrados atualmente: das seis entrevistadas duas moravam com a mãe e uma irmã (ALICE e NATÁLIA); uma só com a mãe (LAURA); uma delas com a mãe, o pai, uma irmã e um irmão pequenos (CAMILA); uma delas com a mãe, o pai, um irmão adulto e uma irmã pré-adolescente (GABRIELA); uma com a mãe, um irmão e uma tia (LUANA).

De acordo com Teixeira e Cerqueira (2013) "assiste-se a um enaltecimento generalizado da instituição família", com a propagação de políticas de cunho familista que atribuem às famílias o majoritário ou exclusivo encargo pelo bem-estar de seus membros. Neste contexto, as famílias vêm sendo cada vez mais requisitadas pelo Estado a adotar a responsabilidade pela gestão de diversos segmentos como crianças, adolescentes, idosos e deficientes, de forma a reverter atribuições coletivas, públicas, convertendo-as em assuntos do ambiente privado, da família.

Este movimento está previsto em diferentes marcos legais, segundo os quais "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...]". A família, que deveria ser apenas uma das esferas de solução dos problemas individuais e sociais, sempre está em destaque na estratégia do Estado de encobrir sua incapacidade de promover o crescimento econômico e proporcionar às famílias maior renda e acesso a bens e serviços disponíveis no mercado, aliada a regressão dos direitos sociais e à insuficiência ou ausência de políticas de proteção às camadas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A situação é ainda mais cruel para estas famílias, que acabam ainda mais sobrecarregadas por esta ausência do Estado que lhes atribui responsabilidades com as quais não podem arcar justamente por sua situação de vulnerabilidade, repercutindo diretamente sobre a divisão sexual do trabalho, pois novamente, o peso será depositando sobre as mulheres, muitas vezes dificultando ou mesmo impedindo sua entrada ou continuidade do mercado de trabalho,

dado que são elas são ainda majoritariamente responsáveis pela esfera da reprodução social.

Neste sentido os critérios adotados para definição de família são muito relevantes à gestão das políticas públicas destinadas a este público, considerando o caráter excludente das políticas focalizadas em contraposição às universais. Neste contexto, uma ou outra definição de família, enquanto padrão fixo pode inviabilizar o acesso aos direitos de parcelas significativas da população. Interessante notar a plasticidade e vigor do patriarcalismo que ainda hoje reproduz o ideal de família conjugal, composta por pai, mãe e filhos, enquanto única família "verdadeira", contra a qual os outros modelos seriam apenas "desvios". Destarte todas as transformações por quais as famílias passaram, ainda na atualidade emergem discursos e atos políticos neste sentido, como Projeto de Lei nº 173/2015 que – Institui as Diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal – que foi recentemente aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, no qual se definia como família o "grupo formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável" ou como "a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". Na ausência de competência distrital para tratar da matéria, tal PL acabou por ser vetado pelo governador.

ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã já adulta, nos fala sobre sua entrada no trabalho, durante o curso de graduação, que se deu em função de uma doença de sua irmã, que necessitando de cuidados, sua mãe que é diarista se viu obrigada a parar de trabalhar para cuidar dela. Neste momento tão difícil de suas vidas elas tinham amparo somente umas nas outras para enfrentar a situação:

"Trabalhava de seis a oito horas diárias, de segunda à sábado. Não foi uma opção, minha irmã estava desempregada e doente e minha mãe precisava ficar em casa para cuidar dela. Aí eu tive que trabalhar [...] Parei porque meu pai [que não morava com elas] faleceu aí eu passei a receber pensão por morte. Aí minha mãe optou por eu só estudar. Eu não vou dizer que caiu [as notas], mas eu tive que trancar algumas matérias. Eu consegui passar nas que eu continuei, mas eu tive que abrir mão de algumas matérias que eu fazia de dia também. Tive problemas com o fluxo." (ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta).

Quanto às dificuldades para conseguir tempo, e sua dedicação aos estudos os relatos revelam que embora a maioria não tenha tido problemas com o fluxo, nem grandes perdas como a reprovação em matérias, o rendimento foi prejudicado pela impossibilidade de dedicar-se o suficiente aos estudos. As que fizeram apenas estágio remunerado, ou seja, com duração média de quatro horas por dia tiveram menor

dificuldade para conjugar os papéis, podendo inclusive ter uma vivência bem ativa fora do ambiente de sala de aula com a participação em grupos de estudos, projetos de pesquisa e atividades culturais. Sobre a dificuldade em conseguir tempo para estudar elas relatam:

"Era menor. Eu estudava durante o final de semana e às vezes de madrugada. Hoje eu já consigo ter uma carga-horária de estudos bem maior. Não teria feito diferente. Eu não me arrependo porque de certa forma ajudou a manter minha família." (*ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"Foi uma época que eu cai um pouco. Não tinha como. Às vezes eu tinha que dar prioridade pra alguns textos. Foi uma época que eu comprei uma lanterna porque eu estudava no ônibus à noite quanto eu tava voltando pra casa. Era o que salvava mais ou menos. Ou então fazia as coisas de muito última hora, mas foi assim. Com o fluxo eu não tive problema, mas com certeza o rendimento caiu cabuloso." (*NATÁLIA, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"Assim, então de repente você entra na Universidade e você tem que lidar com o conteúdo de cinco disciplinas, todas elas disciplinas introdutórias que são disciplinas com conteúdos bem pesados. Pra quem chega de início é bem pesado. Então de início é um choque. Então as notas foram bem ruins. Eu não consegui estudar porque eu trabalhava. Então era bem ruim. E vem da base da escola pública que é uma base bem precária junto a isso vem o fato de que não dava pra estudar pra recuperar isso. Eu levantava às cinco da manhã e chegava em casa meia noite. Por que meu curso é noturno. Então eu trabalhava de dia e estudava à noite. Então tipo assim. Era bem difícil conseguir um tempo pra estudar. Então tipo assim, eu conseguia duas, três horas. Nesse momento não eram legais [as notas]. Não, não cheguei a ter problema com fluxo porque a gente entrou num período de greve, e a greve me salvou. Então no período de greve eu consegui estudar. E depois disso eu consegui Assistência Estudantil e saí do trabalho." (*GABRIELA, 22 anos, branca, mora com pais e irmãos*).

A divisão sexual do trabalho, no nosso caso, expressa pela tripla jornada impõe significativas limitações ao tempo disponível para o descanso e atividades de lazer. Se considerado o tempo gasto no trabalho, na sala de aula, no tempo de estudo e nas tarefas domésticas, conseguir algum tempo para atividades de esporte é lazer é uma grande engenharia, restando fragmentado e reduzido no cotidiano. "O lazer é um direito assegurado a todo trabalhador e trabalhadora como uma forma de repor energias, quando trabalhando ininterruptamente poderá desenvolver uma estafa física e mental." (GOMES, 2008, p.130). Novamente as três estudantes que cumpriram jornadas mais longas foram as mais prejudicadas:

"Saia às vezes no domingo. Além de não ter tempo também faltava grana." (*ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"Não tinha tempo para o lazer. Era um churrasco de vez em quando com culpa e o livro na mão. Dizendo 'eu tenho que parar e estudar'. Era muito difícil, mas acontecia às vezes." (*NATÁLIA, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

Considerando que todas são jovens e solteiras a esfera da reprodução aparece de forma secundária em suas falas, o que poderia se apresentar de forma diferente caso se tratassem de mulheres casadas ou com filhos, pois para estas as responsabilidades são multiplicadas. No nosso caso tínhamos cinco estudantes-trabalhadoras e uma trabalhadora-estudante, o que faz com que para maioria delas a “tripla jornada”, o “acúmulo” ou a “conciliação de tarefas” seja um apêndice de suas funções principais de estudantes, uma situação contingencial.

Então, embora as atividades domésticas consumam tempo, são vistas por quatro de nossas entrevistadas como algo que faz parte da vida, "que tem que fazer", são justamente as que se localizam em famílias onde não há presença de homens em condição de realizar estas tarefas. Assim, elas descrevem que as tarefas são realizadas pelas mulheres de forma não estruturada, mas compartilhada, conforme a disponibilidade de tempo e energia de cada uma:

"Só tem mulher, então todo mundo faz tudo." (*ALICE, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"A gente tem um acordinho de convivência em casa. Somos três mulheres. Meus pais são separados. Todo mundo tem o dia corrido. Eu saio de casa às seis da manhã, chego em casa à meia noite. Minha mãe sai de casa às cinco da manhã e chega às sete da noite. Minha irmã atualmente está trabalhando de madrugada. E ela tem que dormir de dia. Minha irmã já se formou. A gente tem regras de convivência pra ficar legal pra todo mundo. Então não tem uma regra fixa. Normalmente no sábado eu e minha mãe, a gente dá uma parada mais geral e durante a semana minha irmã vai mantendo. E assim, é de boa. É tranquilo. Não tem muita divisão de quem vai fazer comida porque todo mundo passa o dia fora. A gente só faz comida no final de semana. Em relação a isso a gente é bem 'acordada'". (*NATÁLIA, 21 anos, negra, mora com a mãe e uma irmã adulta*).

"Eu falo só da minha mãe e do meu irmão porque meu pai e minha mãe são separados, então, né [...] Atualmente mora só eu e minha mãe, meu irmão não mora aqui. Eu faço tudo em casa, mas não tem essa divisão 'você faz o almoço, você vai limpar a casa'. Então quando alguém quer fazer o almoço vai lá e faz. Quando vê que a casa tá precisando... Toda semana tem que arrumar a casa, então arruma a casa. Isso é tranquilo lá em casa. Eu geralmente tenho feito as coisas mais porque minha mãe trabalha muito mais. Ela dá plantão, então eu acabo fazendo." (*LAURA, 23 anos, branca, mora com a mãe*).

"Em casa eu quem faço a maioria das coisas, mas todos contribuem também." (*LUANA, 23 anos, negra, mora com a mãe, irmão e tia*).

Nas famílias onde há presença de homens adultos as relações gênero não ocorrem sem conflitos. Embora as entrevistadas tenham consciência da condição de dominação, ainda não conseguiram transpô-la e transformar suas realidades, uma vez que homens não se veem como responsáveis pela realização dos afazeres domésticos, se recusando a compartilhar ou mesmo apoiar a realização das tarefas, reproduzindo a divisão sexual do trabalho e sobrecarregando as mulheres.:

"O trabalho na minha casa, eu acho, é como nessa sociedade, e não deixa de ser reflexo dela. As mulheres ficam sobrecarregadas, com certeza em tudo. Inclusive na minha casa a peculiaridade é que não é só em atividades domésticas, cotidianas, mas também financeiras. Eu me sinto sobrecarregada financeiramente. Me sinto sobrecarregada, como posso dizer, afetivamente. Enfim. Sobre os papéis que definem o que é de mulher e o que é de homem. Então, eu sou irmã de crianças, e pela ausência da minha mãe pro mercado de trabalho, porque ela sempre teve que trabalhar todos os dias. Eu me senti sobrecarregada com isto também mesmo trabalhando fora e tal." (CAMILA, 24 anos, branca, mora com pais e irmãos).

"Não. Esse é até um problema que eu tenho em casa. Eu moro com meus pais, meu pai e minha mãe e eu tenho uma irmã mais nova de doze anos e um irmão de dezoito. Então acaba que as tarefas domésticas sempre ficam pras mulheres, e assim, a gente acaba se questionando muito. Hoje já como militante, a gente questiona o fato das tarefas domésticas ficarem só pras mulheres, só que acaba que os homens não se sensibilizam muito com isso, os homens de casa. Então acaba que pra não deixar a mãe da gente fazer tudo sozinha, o que também seria uma expressão de machismo. A gente ajuda e faz as coisas justamente pra não deixar ela fazer nada sozinha, porque também seria expressão de machismo. Eu faço tudo, limpo casa, lavo louça, faço comida, tudo. Quando eu trabalhava também. Sempre ajudei." (GABRIELA, 22 anos, branca, mora com pais e irmãos).

Vemos que não obstante as mudanças e transformações sociais nas últimas décadas, mulheres e homens ainda se relacionam de forma hierarquizada. Esta relação ainda é caracterizada pelo poder e dominação. Entretanto, tomar essas mulheres como vítimas é um equívoco, uma vez que, por meio de suas lutas organizadas ou cotidianas, elas constroem estratégias de resistência e superação alcançando muitas conquistas (CHAUÍ, 1986), pois também são sujeitos dessa relação.

Considerações Finais

Retomando o caminho teórico percorrido até aqui para encadear os vários pontos levantados para abordagem do nosso problema "os desafios enfrentados por estudantes trabalhadoras" observamos que embora o trabalho possua caráter central na sociabilidade dos indivíduos, ele vem se transformado em consequência das crises econômicas e do modelo econômico e político-ideológico implantado nas últimas décadas, que reformou de Estado por meio de privatizações, redução de serviços públicos, desregulação do mercado e redução das políticas públicas universais. No contexto neoliberal são as mulheres quem recebem o maior impacto, pois são as primeiras a terem seu trabalho precarizado, aumentando a quantidade de trabalhadoras no mercado informal e mal remunerado. Elas também são as primeiras a sofrerem com a precarização das políticas sociais, pois são as principais responsáveis pela esfera da reprodução social. No âmbito da divisão social do trabalho, a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho é muito desigual, o que se expressa na proporção bem mais significativa de mulheres do que homens em trabalhos domésticos, ocupações não remuneradas, trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais. (DANTAS, 2003)

Em que pese sua inserção desfavorável na divisão social do trabalho, contraditoriamente, as mulheres são as que mais estudam, representando o maior contingente entre os estudantes de nível superior, e considerando de uma lado o contexto do mundo do trabalho, a estratificação social e os baixos rendimentos das famílias, para grande parte destas estudantes trabalhar é uma condição para se manterem estudando, pois, para as nossas estudantes cursar o nível superior é visto como uma necessidade, um passo indispensável para a conquista de uma carreira e uma perspectiva de vida melhor.

Embora saibamos que a condição peculiar dos/as estudantes trabalhadores/as não seja uma situação nova no país, porque desde sempre as pessoas de camadas mais pobres têm sido empurradas precocemente para o mercado de trabalho. Esta situação, no tocante ao ensino superior, começa a se generalizar a partir a partir dos anos de 1990 com a rápida expansão daquele nível através de um modelo de privatização do ensino. Já no começo da década seguinte este modelo ganha novos contornos com a ideia de democratização do ensino superior, em parte para ocupar as vagas ociosas que haviam sido criadas na iniciativa privada, mas também, no nosso

ponto, com a expansão e criação de vagas nas IFES e a abertura de oportunidades de ingresso para setores anteriormente excluídos, por meio de cotas raciais e sociais, o que no caso do Reuni, significa também a criação de vagas no período da noite.

Todas as nossas entrevistadas eram do curso noturno. Assim, o questionamento sobre o significado de trabalhar e depois estudar à noite e a comparação entre os cursos noturnos e diurnos nos leva, inevitavelmente, à reflexão sobre as condições materiais em que se dá essa inserção, objetivamente na questão do preparo das instituições para ofertar os cursos e receber os estudantes dos cursos noturnos.

As IFES, em geral se estruturam em torno dos cursos diurnos e integrais. Neste contexto, os cursos com maior valorização social e possibilidades de melhores salários, são os que recebem maiores investimentos, mas permanecem com poucas ou nenhuma vaga no período noturno. Já os cursos noturnos, em geral, granjeiam poucos recursos e são inadequados ao seu público-alvo tanto no aspecto pedagógico quanto operacional. Por outro lado, a ampliação dos cursos noturnos se dá nas áreas humanas e sociais, que são historicamente menos valorizados. (VARGAS e PAULA, 2013).

Desta mesma forma conservadora de compreender a educação superior surgem discursos de diversas naturezas que bradam contra as políticas de expansão, que merecem críticas evidentemente, mas não por motivos equivocados, como por exemplo, o temor da perda do caráter extremamente diferencial e elitizado que o diploma de nível superior possuía até poucos anos. Seguindo esta lógica, a retórica conservadora é o caminho mais fácil seguido pelas instituições e docentes para explicar a perda de um terço de seus estudantes durante os cursos - desconsiderando os múltiplos fatores envolvidos - ao simplesmente culparem as defasagens na formação pregressa dos discentes das camadas populares pelo seu fracasso, o que de fato é um fator relevante, mas não o único, escamoteando a realidade de que a instituição também não foi capaz de agregar valor suficiente ao estudante para que ele superasse suas dificuldades.

Portanto, mais do que ampliar o acesso, a democratização da educação superior passa também pelo nivelamento do montante de ingressantes e concluintes, acompanhando de perto de dando o suporte necessário aos estudantes, especialmente os socialmente excluídos, até o final do processo com a conclusão do curso.

A condição de estudante trabalhador é agravada quando se é mulher, pois se para nossas estudantes o trabalho concomitante à graduação possui diferentes significados: independência e capacidade de contribuir com a renda familiar, também se torna um grande desafio. Os relatos revelam que embora não se tenha, aparentemente,

prejudicado gravemente o desempenho acadêmico (como a reprovação em matérias), é cobrado destas estudantes de um alto custo em horas de estudo, descanso e lazer não realizadas.

O trabalho doméstico, por sua vez, aparece em segundo plano, por se tratar somente de mulheres solteiras, mas observa-se nas famílias – que também se transformaram, e hoje contam com uma grande quantidade de mulheres responsáveis por seu sustento – a perpetuação da compreensão das responsabilidades domésticas como "trabalho de mulher", o que nosso caso multiplica a sobrecarga sobre as estudantes aumentando ainda mais a necessidade de esforço e superação individual, uma vez que esta condição de estudante trabalhador/a é invisibilizada na Universidade, e quanto mais às relações de gênero como problema social afeto não só às mulheres, mas a todos na busca pela construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências Bibliográficas

ABEPSS. Política Nacional de Estágio (PNE). Disponível em www.abepss.org.br. Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DAMASCENO, Prisciany Ramos; TERTO, Luisa de Marilak de Souza and SILVA, Renata Raimundo da. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicol. estud.** [online]. 2003, vol.8, n.spe, p. 11-20.

ANDIFES-FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras.** 2011.

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2. ed., São Paulo: Corte, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAN; M.; MURTA; D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.15-41. 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam)**, v. 2, Universidade de Brasília, 2013, p. 35-46.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; TERRIBILI FILHO, Armando. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: avaliação de Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, Mar. 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: Articulações possíveis. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 129-145, June 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2015.

_____. **Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2014.

_____. Lei n.º 10.224, de 15 de maio de 2001. **Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal**, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 2001.

_____. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria Mecanismos Para coibir a Violência Doméstica e familiares contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação como contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe Sobre a Criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e Dá OUTRAS providências.

_____. MEC/CONAE. **Documento final, 2010.**

_____. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. **Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 ago. 2013. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2014

_____. SPM-PR. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RESEAM.** 2013

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"**. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** 13ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMIN, Álvaro A. e BARBOSA, Rogério Jerônimo. **Trabalhar para Estudar: Sobre a pertinência da Noção de Transição Escola-Trabalho no Brasil.** **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2011, n.91, pp. 75-95. ISSN 0.101-3.300

DANTAS, S. M. R. **Igualdade de gênero e HIV/AIDS: uma política por construir.** Rede Feminista de Saúde - Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e UNIFEM - United Nations Development Fund for Women, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Trad. Leandro Konder. 9. ed. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 1984

FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GOMES, Margarete Nunes S. ; **Caprichos e Trapiches: Concepções em torno do trabalho feminino, evidenciado a partir de um olhar sobre a atividade fumageira em Conceição do Almeida BA.** In: XIV Simposio Baiano de Pesquisadoras (es) Sobre Mulher e Relações de Gênero e II Seminário Nacional O Feminismo no Brasil, Reflexões Teóricas e Perspectivas, 2008, Salvador. **Anais...**Salvador, 2008. p. 122-135

GONCALVES, Eliane. "Remar o próprio barco": a centralidade do trabalho no mundo das mulheres "sós". **Cad. Pagu** [online]. 2010, n.34, pp. 235-268.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRANT, Walkiria Helena. **A maternidade, o trabalho e a mulher.** In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 3., 2001, São Paulo.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília**, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

INEP/MEC. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012**. Brasília: INEP, 2014

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et all. (orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LESSA, Sérgio, TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MARCONDES, Marian Mazzini. **O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho**. In YANNOULAS, S. C. (Org.) **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 251 – 279.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. In: **Revista Textos & Contextos**. Vol. 3, No 1, 2004.

NUNES, Edson, MARTIGNONI, Enrico e CARVALHO, Márcia Marques de. Expansão do ensino superior: restrições, impossibilidades e desafios regionais. Documento de trabalho nº 25. **Observatório universitário**. Outubro de 2003.

OFFE, Claus. “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”. **Trabalho e Sociedade**. Vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OIT. **Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho**.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. (2007). Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam (org.). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. (p. 385-403) Rio de Janeiro: Garamond.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, Aug. 2004.

RAITZ, Tânia Regina; PETTERS, Luciane Carmem Figueredo. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia e Sociedade**., Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2008

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do Gênero. **Rev. Estud. Fem., Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 179-183, abril de 2005a.

_____. Múltiplas rotas femininas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 758-761, Dec. 2005b.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para O Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu** [online]. 2001, n.16, pp. 115-136. ISSN 1809-4449.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 5, n. 8, Feb. 2001

SCOTT, Joan. "**A mulher trabalhadora**". In: FRAISSE, Genevieve; PERROT, Michelle (Orgs.). A história das mulheres no Ocidente: o século XIX. Tradução: Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento, 1994. p. 443-475.

_____. "Gênero: Uma categoria Útil de Análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, julho / dez. 1995, p, 71-99.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, Dec. 2008

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília. 2006.

SIMIONATO, M.A.W.; OLIVEIRA, R.G.O. Funções e transformações da família ao longo da história. In: Encontro Paranaense de Psicopedagogia, 1, 2003. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia, **Anais...** CD ROM, ABPppr., nov., 2003.

TEIXEIRA, M. CERQUEIRA, M. **O Programa Bolsa Família/Vida Melhor e as Mulheres: transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal**. In YANNOULAS, S. C. (Org.) **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Abaré, 2013.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, July 2013.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Grazielle Alves. A arte de Ser Beija-Flor na tripla jornada de Trabalho da mulher. **Soc. Saude**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 403-414.

WIESE, M. L.; SANTOS, R. A centralidade da família nas políticas sociais da assistência social e saúde: a relevância do debate para o Serviço Social. In: Seminário Internacional O Trabalho Social França Brasil, 2009, São Paulo. **Anais Seminário Internacional o Trabalho Social França Brasil**, 2009.

WORLD BANK. **Higher education: the lessons of experience**. Washington, DC: World Bank, 1994.

YANNOULAS, Silvia. **Sobre o que nós, Mulheres, Fazemos**. In _____ (Org.) **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 31-65

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidada a participar da pesquisa *“Tripla jornada: Desafios enfrentados por estudantes trabalhadoras”*, de responsabilidade de *Simone Gonçalves Nardes Lima*, aluna de graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora M.^a Adelina Almeida Moreira de Araújo. O objetivo desta pesquisa é abordar os desafios vivenciados por trabalhadoras estudantes e egressas de Serviço Social da UnB em seu cotidiano.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os registros provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de pesquisa qualitativa, com técnica de entrevista semiestruturada cujo áudio será gravado. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

O som de sua voz será utilizado apenas para análise para esta pesquisa, e não haverá divulgação por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitados acima. Esclareço também de que a guarda e demais procedimentos de segurança dos dados coletados são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Espera-se com esta pesquisa que as participantes tenham a possibilidade de autorreflexão, identificação, registro e compartilhamento das redes de apoio, experiências e estratégias adotadas ou criadas, a fim de não serem derrotadas pelas condições adversas enquanto estudantes trabalhadoras.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone ou pelo e-mail.

As transcrições e interpretações resultantes serão individualmente levadas ao conhecimento de cada participante, por meio de correio ou correio eletrônico. Os resultados do estudo poderão ser posteriormente publicados.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a participante.

Assinatura da participante

Simone Gonçalves Nardes Lima
Aluna de Graduação

Adelina Almeida Moreira de Araújo
Orientadora/Pesquisadora Responsável

Brasília, ____ de _____ de _____.